

A Cerâmica Proto-Histórica do Vale do Cávado: Tentativa de Sistematização *

Manuela Martins

Resumo

Procura-se neste trabalho sistematizar a cerâmica do 1º milénio a.C. encontrada nas escavações realizadas em três povoados proto-históricos do vale do Cávado: S. Julião e Barbudo (Vila Verde) e Lago (Amares). Tendo por base uma breve discussão da cronologia obtida nas escavações, apresenta-se a cerâmica dividida em três grandes fases, que correspondem à evolução cultural do 1º milénio a.C. na região. A cerâmica será então analisada em função dos fabricos, formas e decorações. Para cada fase fornece-se um quadro morfológico da cerâmica encontrada em cada um dos povoados estudados.

Résumé

L'auteur essaie de faire le bilan de la céramique du 1^{er} millenium a. C., a partir des fouilles de trois *oppida* dans la vallée du Cavado: S. Julião et Barbudo (Vila Verde) et Lago (Amares). Après la discussion de la chronologie, la céramique dont on fait l'analyse technologique, typologique et décorative, est classée en trois phases, en rapport avec l'évolution culturelle de la région.

Abstract

The author presents a systematic approach of the pottery of the 1st millenium a. C. found in the excavation of three hill-forts in Cavado valley: S. Julião and Barbudo (Vila Verde) and Lago (Amares). After a chronological discussion, the pottery is classed into three main phases corresponding to the cultural evolution in the region. For each phase the technology, the typology and the decoration of the pottery will be discussed.

* Desenhos: Maria Felismina Vilas Boas; Filipe Antunes (MRDDS) e Fernando Barbosa (MRDDS).

1. Introdução

A cerâmica ocupa um lugar de destaque no âmbito da cultura material dos castros do Noroeste peninsular¹. Em primeiro lugar, porque os achados cerâmicos constituem sempre os vestígios numericamente mais importantes nas escavações destes habitats; depois, porque eles são frequentemente os únicos a fornecer elementos de datação para as sequências estratigráficas e para as estruturas; finalmente, porque a cerâmica, para além do seu valor cronotipológico, fornece elementos de natureza antropológica e ecológica, que importa valorizar.

Estes aspectos justificam, em parte, um crescendo de interesse pelo estudo da cerâmica proto-histórica do NO, que se desenha a partir da década de 70, quer em Portugal², quer na Galiza³. No entanto, vários problemas se têm posto aos investigadores, pelo que o alcance dos trabalhos produzidos naquele domínio tem sido limitado.

A longa duração dos povoados justifica o estado de fragmentação da cerâmica que é, por conseguinte, difícil de estudar e interpretar. Por outro lado, encontramos traços evidentes de um grande conservadorismo a nível técnico e morfológico, que se mantem por vezes ao longo de séculos, nada favorável à datação de peças isoladas. Mas, é também verdade que o reduzido número de escavações com boas estratigrafias e a sua escassa divulgação tem dificultado o estudo deste valioso material arqueológico.

Assim, se a monotonia técnica e formal justifica a excessiva valorização de raras peças importadas, ou de outras mais finas, também é certo que a raridade de estudos monográficos

¹ Neste domínio destacamos os trabalhos de síntese que foram publicados nos últimos anos, que tocam a problemática da «Cultura Castreja», nomeadamente o de A. Coelho da Silva (1986) e o de C. A. Brochado de Almeida (1987). Mas é também de salientar os trabalhos de tipo monográfico sobre estações que vêm merecendo atenção particular, quer em Portugal, quer na Galiza (ALMEIDA *et alii* 1981; SOEIRO 1984; HIDALGO CUNARRO 1982; 1983; 1985a; 1985b; PENA SANTOS 1986).

² Em Portugal refira-se sobretudo os trabalhos de C. A. Ferreira de Almeida (1972, 5-34; 1974, 171-197), pioneiro na tentativa de sistematizar a tipologia e os estilos da cerâmica dos castros portugueses.

³ Na Galiza encontramos um maior número de trabalhos relativos à cerâmica, quer no âmbito de sínteses (ROMERO QUIROGA 1975; REY CASTINEIRAS 1978), quer como contribuição ao estudo e divulgação de materiais de antigas escavações (HIDALGO CUNARRO e COSTAS GOBERNA 1979, 151-228; 1982, 273-289; REY CASTINEIRAS 1983, 443-448; 1984), entre outros.

impede o estabelecimento de paralelos correctos, ou frutíferos. Essa situação dificulta obviamente qualquer visão de síntese, quer no que respeita ao estudo da própria cerâmica, quer no âmbito dos contributos deste material para estabelecimento de cronologias.

A nossa experiência de trabalho em povoados do vale do Cávado⁴ colocou-nos perante problemas de análise e interpretação da cerâmica que certamente serão comuns a outros investigadores, que trabalham neste tipo de estações. Julgámos, assim oportuno realizar um breve balanço sobre a cerâmica proto-histórica que tivémos oportunidade de estudar entre 1980 e 1986. Todavia, estamos conscientes de que os resultados obtidos são válidos antes de mais para os sítios escavados, ainda que possam representar um quadro característico da produção da região do vale do Cávado, e contribuir para uma melhor compreensão da olaria proto-histórica do NO português.

2. Questões metodológicas

Quando comparada com outros achados a cerâmica oferece múltiplas vantagens, que resultam da sua durabilidade (é praticamente indestrutível), da sua frequência (aparece sempre em grande quantidade) e da complexidade envolvida no seu fabrico (traduz uma série de procedimentos, desde a escolha da argila e dos elementos não plásticos, à preparação da pasta, à modelação da forma, acabamentos e a toda uma série de transformações de natureza química que ocorrem durante a cozedura).

As duas primeiras características justificam a longa tradição de estudos da cerâmica, em que ela é sobretudo valorizada como elemento de distinção das culturas arqueológicas (valor estilístico) e como elemento de estudo da evolução das comunidades (valor tipo-cronológico).

Em grande medida esse tipo de trabalhos baseia-se, quer na classificação descritiva das cerâmicas em série tipológicas, quer no estudo de cerâmica mais fina (dita de luxo), que permitiram o desenvolvimento de estudos centrados na problemática da difusão e intercâmbio das cerâmicas. Estes últimos, partem da asserção de que a cerâmica mais grosseira não «viaja», sendo quase sempre de fabrico local e regional, enquanto que a louça mais fina, sempre minoritária, se «desloca», podendo assim fornecer elementos importantes sobre contactos e influências culturais entre comunidades.

Embora as tipo-cronologias tenham perdido alguma importância, sobretudo desde a generalização dos métodos de datação absoluta, a cerâmica continua a ser usada como importante elemento cronológico, quer em termos relativos, quer absolutos, desde que possa ser confrontada com outro tipo de datações.

⁴ Investigação desenvolvida entre 1980 e 1987, no âmbito da tese de doutoramento da autora, apresentada à Universidade do Minho (MARTINS 1987), tendo por base as escavações realizadas na citânia de S. Julião, em Vila Verde (MARTINS 1984, 11-27; 1985, 197-240; 1986a, 159-160; 1988b), no castro do Barbudo (MARTINS 1988c) e no povoado do Lago (MARTINS 1986b, 149-184; 1988a).

No entanto, a asserção de que a cerâmica reflecte os padrões mentais e as normas culturais de uma comunidade desenvolveu outros campos de investigação que se generalizaram sobretudo a partir dos anos 60, com base na contribuição de alguns conceitos e métodos adoptados de outras ciências. Referimo-nos, por exemplo, à teoria dos sistemas, à utilização da informática, ou às análises da tecnologia de fabrico, com base no estudo da composição mineralógica e química das pastas.

As maiores contribuições dos últimos anos inscrevem-se em duas linhas de pesquisa de certo modo independentes: uma delas centra-se no estudo da manufactura de fabrico e da funcionalidade da cerâmica e encontra-se mais ligada à Arqueologia europeia; a outra, desenvolveu-se sobretudo a partir dos estudos etnoarqueológicos, mais representados na Arqueologia anglo-saxónica.

As múltiplas abordagens da cerâmica permite-nos olhá-la como um produto privilegiado no estudo das relações entre as comunidades e o meio ambiente (ARNOLD 1978; 1984), no estudo da interacção social (PLOG 1978; 1980), ou ainda no estudo dos fenómenos de mudança cultural (RICE 1984, 231-288).

Estas diferentes perspectivas permitem valorizar a cerâmica, quer como elemento indicador de cronologia relativa, uma vez que ela sofre mudanças, quer como sistema de produção através do qual é possível estudar as alterações culturais e económicas ocorridas entre diferentes fases da vida de uma comunidade.

Os principais problemas com que nos confrontámos no estudo da cerâmica dos povoados do vale do Cávado relacionam-se com a natureza das jazidas estudadas e com a ausência de quadros de referência estratigráficos ou terminológicos.

A primeira dificuldade resulta basicamente do carácter bastante fragmentário da cerâmica em causa. Esta situação implica forçosamente o estudo e valorização de fragmentos e não de peças inteiras, facto que cria importantes limitações à organização de qualquer tipologia. Por outro lado, não existem classificações e critérios terminológicos unanimemente aceites para a cerâmica proto-histórica do NO.

Na Galiza a maioria dos trabalhos publicados refere-se ainda a colecções existentes em museus, procedentes de antigas escavações, nem sempre devidamente estratigrafadas (REY CASTENEIRAS 1983, 443-448; 1984; ROMERO QUIROGA 1975).

Na área portuguesa foi o estudo de Carlos A. Ferreira de Almeida (1974, 171-197), elaborado igualmente com base em materiais de museus, que serviu de referência praticamente até ao momento.

Uma das grandes dificuldades em utilizar as tipologias propostas resulta antes de mais da própria definição de «cerâmica castreja», tratada muitas vezes independentemente do seu contexto cronológico. Nem sempre se distingue com o necessário rigor as cerâmicas que correspondem ao Bronze Final, daquelas que caracterizam a Idade do Ferro, ou mesmo a época romana.

Recentemente A. Coelho da Silva apresentou, no âmbito do seu trabalho de tese, relativo à cultura castreja do Noroeste de Portugal, uma nova proposta evolutiva para a cerâmica dos

castros da região do Minho (SILVA 1986, 117-136). Esta baseia-se na formulação de um quadro cronológico que usa sobretudo os materiais de importação como base de datação, sendo por isso mais «fino» do que o quadro evolutivo da própria cerâmica. Por outro lado, a tipologia proposta, deduzida de estações dispersas por uma vasta área geográfica, que compreende toda a província do Minho, parece esconder alguns regionalismos que não são valorizados, nem suficientemente evidentes pois não dispomos do estudo exaustivo do material de cada estação. A tese de A.C. da Silva, representando um louvável esforço de síntese, remete-nos ao nível do estudo da cerâmica para a urgente necessidade de trabalhos comparativos de âmbito regional, que permitam compreender a evolução e características desta importante produção.

Mas, se a classificação descritiva da cerâmica dos castros se encontra ainda numa fase pioneira, o estudo da sua tecnologia de fabrico não deu ainda senão os primeiros passos.

Embora haja que salientar algumas tentativas empreendidas nesse sentido, que representam sobretudo ensaios de natureza metodológica, sobre as temperaturas de cozedura, ou a validade de certos métodos de análise mineralógica (VAZQUEZ VARELA e GUITIAN RIVERA 1977-78, 275-279; 1981, 89-92), o impacto dessas contribuições é praticamente nulo, já que envolveram um número irrisório de fragmentos de cerâmica.

Julgamos que o estado de fragmentação da cerâmica dos castros não deve justificar o relativo desinteresse com que é tratada no âmbito das publicações. Com efeito, a valorização da totalidade da cerâmica de uma escavação, não só é imprescindível para garantir a seriedade dos resultados, como fornece importantes conclusões.

No nosso trabalho partimos do pressuposto de que todos os fragmentos de cerâmica podem e devem ser analisados, pois possuem valor informativo para o estudo das sequências de ocupação dos povoados. Não seleccionámos o melhor material, o mais fino, o melhor conservado, ou aquele que nos parecia mais fácil de datar. Procurámos antes valorizá-lo todo, como um conjunto coerente e significante.

Uma vez que os povoados estudados ofereciam cerâmicas diferentes, produzidas em épocas distintas, uma das primeiras tarefas que empreendemos consistiu no estabelecimento de grandes categorias de fabrico. Dentro de cada categoria procedemos em seguida à análise do material, quer do ponto de vista técnico, quer morfológico e funcional.

Definição das categorias de fabrico:

Foi feita com base em critérios de ordem macroscópica, uma vez que não tivemos possibilidades de recorrer a análises sistemáticas da composição mineralógica das pastas, que permitissem uma divisão mais objectiva dos fabricos.

No entanto, tivemos oportunidade de interessar no estudo da tecnologia de fabrico da cerâmica das estações que escavámos, uma investigadora da Universidade de Boston, que desenvolve neste momento um projecto de trabalho autónomo, cujos resultados aguardamos com a maior expectativa. Alguns dados preliminares por ela obtidos (LITTLE 1985), permitem desde já estabelecer uma rigorosa diferenciação técnica entre cerâmicas do Bronze Final e as produzidas na Idade do Ferro. As pastas do Bronze Final possuem desengordurante basicamente composto por quartzos e feldspatos, sendo a presença de mica pouco significativa. A

cerâmica da Idade do Ferro distingue-se da anterior sobretudo pela elevada concentração de micas, intencionalmente acrescentadas à argila.

Dentro da cerâmica da Idade do Ferro pode destacar-se contudo um outro fabrico que se aproxima, pelas suas características gerais, do tipo de pastas da cerâmica do Bronze Final, pois revela também um desengordurante basicamente constituído por grãos de quartzo, possuindo pouquíssima mica. Trata-se de um fabrico que aparece em contextos arqueológicos relativamente tardios e que podemos situar a partir do século I a.C.

De qualquer modo, verificamos que estas distinções, visíveis em lâminas delgadas, são facilmente perceptíveis pela própria observação macroscópica dos fragmentos, uma vez que a ausência ou presença de micas, permite caracterizar com facilidade, quer a cerâmica do Bronze Final, quer a da Idade do Ferro.

Com base nos critérios acima expostos, distinguimos três grandes categorias de cerâmica, dentro da louça indígena dos povoados, que caracterizam diferentes períodos cronológicos:

- cerâmica pouco ou nada micácea, bem cozida, bem alisada, mais frequentemente polida; corresponde a um repertório de formas próprio e a contextos inseríveis no Bronze Final (sécs. X/IX-VII/VI a.C.);
- cerâmica muito micácea, normalmente mal cozida e pouco alisada; corresponde a um certo número de formas típicas; a sua produção mantém-se ao longo de todas as sequências da Idade do Ferro (sécs. VI/V a.C. — I d.C.);
- cerâmica pouco micácea, bem cozida e bem alisada, por vezes polida, quase sempre de fabrico a torno; ocorre juntamente com a anterior, mas é mais característica de formas relativamente especializadas; aparece num momento avançado da Idade do Ferro, perdurando em contextos do séc. I da nossa era.

Análise técnica dos fragmentos:

Foi feita, quer do ponto de vista técnico, com base em critérios macroscópicos, quer do ponto de vista morfológico e funcional.

A caracterização técnica teve em conta a identificação das técnicas de fabrico, os sistemas de montagem das peças, o tipo de pastas e os acabamentos.

A determinação do fabrico, manual, ou a torno, nem sempre constituiu uma tarefa fácil, sobretudo nos fragmentos de cerâmica da Idade do Ferro, já que as peças sofreram quase sempre um alisamento das superfícies que destruiu as evidências do torno, sobretudo nos bordos e nos fragmentos da pança. A impossibilidade de caracterizar o fabrico de cada fragmento não permitiu a análise estatística da sua representação nos diferentes níveis, que se teria revelado bastante útil para o estudo da evolução da cerâmica indígena da Idade do Ferro. Mesmo assim, procuramos verificar o predomínio, ou a aparente exclusividade, de um ou de outro fabrico, com base na maior ou menor regularidade dos bordos e na evidência de estrias nos fragmentos de bases, sempre melhor conservadas.

Procurámos ainda verificar os processos de modelagem das peças. Verificámos assim que a cerâmica do Bronze Final, sobretudo a grosseira, foi executada por sobreposição de tiras, posteriormente ligadas entre si. Esta técnica é facilmente perceptível pela observação das zonas de fractura.

A cerâmica da Idade do Ferro foi executada de modo diferente. Aparentemente as peças mais pequenas foram feitas a partir de blocos de argila, enquanto que as peças de grandes

dimensões terão sido modeladas por partes, posteriormente ligadas entre si. Este último procedimento parece caracterizar igualmente alguns recipientes que registam sinais de uso de torno.

Na descrição das características das pastas (tipo de pastas, elementos não plásticos) e acabamentos, usámos a terminologia e os critérios sistematizados por H. Balfet (1966, 272-278; 1983).

Concedemos pouca importância às cores porque as suas variações raramente nos pareceram significativas. Frequentemente, sobretudo entre o material da Idade do Ferro, constatámos que fragmentos de cores bastante diferentes pertenciam à mesma peça. Esse facto, que poderá resultar do tipo de equipamento de cozedura usado, sobre o qual nada sabemos, não autoriza a valorizar excessivamente aquele critério.

De um modo geral as cores são escuras (castanhas, ou cinzentas), quer na louça do Bronze Final, quer na da Idade do Ferro, parecendo indicar cozeduras de tipo redutor, mais homogêneas no Bronze Final. No entanto, as variações de tonalidade do castanho e mesmo do cinzento são bastante consideráveis.

A aparente homogeneidade das pastas da cerâmica da Idade do Ferro, sempre muito micáceas, levou-nos a tentar analisar mais detalhadamente as suas características. Recorremos para o efeito a uma classificação sumária dos fragmentos, tendo por base a cozedura, o teor em mica, a qualidade das pastas e das superfícies.

Cozedura: considerando que esta cerâmica raramente é bem cozida, distinguimos apenas a cozedura regular da má cozedura; estas duas variedades foram definidas a partir da cor do cerne e da maior ou menor resistência à fractura.

Teor em mica: uma vez que este elemento está quase sempre presente nas pastas, constituindo mesmo uma das suas características mais evidentes, distinguimos: presença de mica elevada, média e reduzida.

Qualidade das pastas: estas foram divididas em grosseiras, quando possuem grãos de quartzo maiores que 0,5 mm; médias, quando a sua presença é abundante, mas as suas dimensões mais pequenas (0,25-0,50 mm) e finas quando esses elementos são pequenos e bem calibrados.

Qualidade das superfícies: estas podem ser rugosas, alisadas e muito alisadas.

Esta classificação foi apenas aplicada aos fragmentos das formas estatisticamente mais representadas: potes, potinhos e púcaros e panelas ou tachos de asa interior e permitiu constatar algumas diferenças na composição das pastas, que parecem associar-se às variantes morfológicas e à possível funcionalidade dos recipientes.

Caracterização técnica e funcional:

Uma vez que tivémos que estudar fragmentos (bordos, bases, asas e fragmentos decorados) e não peças inteiras, procurámos valorizar a informação neles contida de acordo com as suas características.

Tal tarefa implicou um conjunto de procedimentos como a classificação morfológica e funcional dos vasos, a partir da análise dos bordos e da sistematização das suas variantes.

Também as bases e as asas foram detalhadamente analisadas.

Para a designação morfológica e funcional da cerâmica da Idade do Ferro utilizámos a terminologia proposta por Jorge de Alarcão para a cerâmica comum romana de Conimbriga (ALARCÃO 1974). Todavia, para a designação de algumas formas específicas desta região, seguimos a terminologia usada por C.A. Ferreira de Almeida (1974, 171-197).

Para a cerâmica do Bronze Final procuramos utilizar a terminologia proposta por Gustavo Marques de Miguéis de Andrade para a cerâmica da chamada «Cultura de Alpiarça» (1974, 125-148). No entanto, a especificidade de algumas formas representadas nos povoados estudados, levou-nos a uma seriação particular.

A identificação das formas foi acompanhada de uma análise das respectivas variantes, quando o volume de fragmentos o permitiu. Assim, foi possível sistematizar as variantes de potes e de potinhos ou púcaros e, por vezes, de panelas ou tachos de asa interior (Lago), tendo sido impossível fazê-lo, todavia, em relação às formas menos representadas, como as tigelas, panelas de asa em orelha e talhas.

Procurámos ainda analisar as dimensões das diferentes formas e sistematizá-las sempre que as amostragens eram significativas. Essa análise foi sobretudo possível nos fragmentos de potes e de potinhos ou púcaros.

Podemos sintetizar do modo que se segue as diferentes etapas do estudo do espólio cerâmico das nossas escavações.

1. Definição de categorias de fabrico.
2. Análise técnica dos fragmentos.
 - determinação do fabrico.
 - processos de modelagem das peças.
 - características das pastas (cozedura, teor em mica; qualidade das pastas, qualidade das superfícies).
3. Caracterização morfológica e funcional.
 - definição de formas.
 - sistematização de variantes.
 - dimensões.
 - funcionalidade.

O generalizado estado de fragmentação da cerâmica não nos permitiu chegar a uma tipologia elaborada. Julgámos contudo que a abordagem realizada se afigura como um ponto de partida para futuros trabalhos, na medida em que nos possibilitou o estabelecimento de quadros técnicos e morfológicos, com valor cronológico regional.

3. A Cerâmica do Bronze Final

Cronologia

Esta etapa de ocupação foi referenciada nos povoados de S. Julião e Barbudo, em Vila Verde, parecendo caracterizar os inícios de uma ocupação sistemática de cabeços de média

altitude (400/250m), com boas condições de defesa e visibilidade sobre o vale do Cávado (MARTINS 1987, 745-751). Todavia, o confronto das características topográficas das estações referidas com outras onde recentemente vêm sendo detectados vestígios do Bronze Final, sugere que o fenómeno seja bastante generalizado à escala do NO português⁵.

O povoado do Coto da Pena, em Caminha, com ocupação do Bronze Final (SILVA 1986, 118-121), parece oferecer também um paralelo para este tipo de cerâmicas, que ocorre em contextos datáveis dos séculos XI/X a.C.⁶

Em S. Julião as cerâmicas do Bronze Final, cuja tipologia e características técnicas analisaremos de seguida, parecem manter-se durante alguns séculos. Dispomos, pelo menos, de uma data absoluta para um nível da fase I b (GIF-7013= 800+60 a.C.), que nos permite considerar a sua perduração no século VII a.C. dada a sucessão estratigráfica assinalada no sector. Admitimos, por isso, a título de hipótese, um *terminus* para esta primeira fase de S. Julião e conseqüentemente para as cerâmicas desse contexto, em torno dos séculos VII/VI a.C.⁷

A nossa intervenção no povoado do Barbudo não logrou obter uma delimitação rigorosa da área ocupada durante o Bronze Final. Esta, viria a ser reocupada num momento avançado da Idade do Ferro, assentando sobre ela uma potente estratigrafia relacionada com numerosas estruturas datáveis entre o séc. I a.C. e a Idade Média. Todavia, encontramos cerâmicas atribuíveis ao Bronze Final em duas das sondagens que aí realizámos (cortes 2 e 4). No corte 4 detectámos mesmo uma estrutura em madeira carbonizada, de tipo paliçada, que nos forneceu a data de (ICEN 21= 2650+40 BP = 700+40 a.C. Esta data situa o início da ocupação da área

⁵ É essa pelo menos a conclusão que podemos extrair da análise comparada com os povoados de outras regiões, que forneceram materiais do Bronze Final. Referimo-nos concretamente a povoados do vale do Ave, nomeadamente Alvarelhos e Monte do Padrão, em Santo Tirso (MARTINS 1985b, 217-230) e Santa Marta da Falperra, em Braga, a povoados do vale do Lima, como Santo Estêvão da Facha, Ponte de Lima (ALMEIDA *et alii* 1981), castro do Peso (SOEIRO 1981, 99-102), ou do vale do rio Minho, como o do Coto da Pena, em Caminha (SILVA 1986). O povoado do Castelo de Aguiar, com níveis de ocupação do Bronze Final (JORGE 1985), oferece, numa região mais interior, um outro exemplo do mesmo processo.

⁶ A cronologia de ocupação do povoado no Bronze Final pode ser estimada a partir das duas datas absolutas disponíveis para a estação: UGRA-200 = 1930 + 100 = 1000 a.C.; UGRA-220 = 2920 + 110 = 990 a.C. (SILVA 1986, 118-121).

⁷ As datas ICEN-54 = 3030 + 80 = 1080 a.C.; ICEN-25 = 3010 + 35 = 1060 a.C. foram excluídas por serem demasiado antigas em relação aos níveis que pretendiam datar. Tal suposição assenta no resultado do cômputo, bastante homogéneo, das datas obtidas para o paleossolo sobre o qual assenta o talude defensivo (ICEN-27 = 940 a.C.; GIF 6993 = 890 a.C.; ICEN-28 = 870 a.C.), que testemunham o início da ocupação do povoado. Também o conjunto de três datas obtidas para a sequência estratigráfica do corte 2 do sector B foi considerado pouco plausível, tendo em atenção as três datas do paleossolo já referido e por outro lado discrepâncias entre elas. Com efeito, a amostra ICEN-30 (2210 + 35BP = 260 a.C.) foi obtida no nível mais baixo da sequência estratigráfica. A amostra ICEN-25 (3010 + 35BP = 1060 a.C.), recolhida num nível contemporâneo, surge assim desfasada em relação à anterior, o mesmo acontecendo com a amostra ICEN-29 (2150 + 45BP = 200 a.C.) recolhida num nível posterior. A coerência dos materiais obtidos naquele corte, todos eles enquadráveis no Bronze Final, não permite aceitar como fidedigna qualquer destas três datas.

correspondente ao corte 4 (declive suave na vertente Norte) por volta dos séculos IX/ VIII a.C., considerando que o nível correspondente à destruição da estrutura de madeira é posterior a um outro onde encontramos já materiais cerâmicos do Bronze Final.

Em linhas gerais, parece-nos possível admitir uma contemporaneidade cultural e cronológica entre S. Julião I e Barbudo I, pese embora algumas diferenças existentes no espólio cerâmico das duas estações.

Fabrico, morfologia e decoração

A cerâmica do Bronze Final de S. Julião revela uma notável homogeneidade técnica e morfológica ao longo de um período cronológico considerável. Com efeito, num período compreendido entre o início da ocupação do tabuleiro superior e o seu abandono, que situámos entre os séculos VII/ VI a.C., não verificámos qualquer alteração significativa no equipamento cerâmico. Constatámos sim, mudanças de representatividade das diferentes formas registadas.

A louça do Bronze Final do castro do Barbudo assemelha-se tecnicamente à de S. Julião. Morfológicamente ela parece contudo menos diversificada, não se tendo constatado aí certos tipos frequentes no povoado de S. Julião. Todavia, haverá que ter em conta que a amostragem do material dos dois povoados é bastante desigual. Em S. Julião obtivemos alguns milhares de fragmentos de cerâmica, enquanto que no castro do Barbudo a área escavada do primitivo povoado não forneceu senão algumas centenas. Não nos parece, assim, de exagerar as diferenças entre o material dos dois povoados, pelo menos em termos tipológicos, ainda que certas particularidades devam ser convenientemente realçadas. Referimo-nos concretamente a certas formas «arcaizantes» presentes apenas no Barbudo, ou à existência de carenas ténues nesta última estação, enquanto que em S. Julião elas são sempre bem marcadas.

Tendo em conta os dados das duas estações podemos enumerar um conjunto de características técnicas, morfológicas e estilísticas, que se consideram próprias da produção cerâmica desta fase.

1 — Fabrico

A cerâmica revela fabricos homogéneos, podendo dividir-se em dois grupos distintos: cerâmica grosseira e cerâmica fina⁸.

No primeiro grupo, francamente maioritário nas duas estações (80% do total dos fragmentos encontrados), integrámos a cerâmica com pastas grosseiras e paredes espessas. As pastas são pouco micáceas e os elementos não plásticos são basicamente constituídos por quartzo. Destacamos ainda a presença frequente de matéria orgânica carbonizada na compo-

⁸ A existência de dois fabricos bem individualizados foi também constatada na louça do povoado da Senhora da Guia, em Baiões (KALB 1978, 122-126), parecendo ocorrer igualmente no povoado do Coto da Pena, Caminha (SILVA 1986, 118-121).

sição das pastas. As cozeduras são bastante razoáveis e, considerando as cores predominantemente escuras, deveriam ser de tipo redutor. As peças grandes foram quase sistematicamente executadas por sobreposição de tiras ou rolos de argila, ligadas entre si pelo repuxamento da argila superficial⁹.

As peças mais pequenas parecem ter sido modeladas a partir de blocos de argila. As superfícies das peças foram ou alisadas, ou polidas.

A cerâmica fina regista pastas de melhor qualidade. Os elementos não plásticos são constituídos por minúsculos grãos de quartzo, quase sempre bem calibrados e distribuídos de forma homogénea. A mica é rara e ocorre em pequeníssimas partículas. As cozeduras são bastante boas e de tipo redutor. As superfícies são sempre bem polidas, oferecendo tons brilhantes.

Nos níveis correspondentes ao momento final desta fase (S. Julião IC) constatámos a ocorrência de fragmentos de cerâmica com abundantes e grandes partículas de mica. Este fabrico, que sugere o acrescento deste elemento à pasta, aparece em S. Julião em taças carenadas e potinhos e no Barbudo, exclusivamente em pequenos potes.

Os fabricos mais grosseiros caracterizam peças de consideráveis dimensões, nomeadamente potes (formas 1 a 3), mas aparecem igualmente representados nas formas 6 e 8.

Pelo contrário, os fabricos mais finos caracterizam a quase totalidade dos fragmentos de taças carenadas (forma 5), os potinhos e púcaros (forma 4) e ainda as peças mais raras, como sejam as formas 7, 9 e 10. Existe, por conseguinte, uma acentuada dicotomia de fabricos entre as peças de uso culinário (forma 1, 2 e 6) e de armazenagem (forma 3) e a louça fina, provavelmente com funções mais especializadas como as taças (forma 5), potinhos (forma 4), ou pratos (forma 7).

Estes dois fabricos, bem individualizados, poderão traduzir eventualmente centros de produção diversificados. Com efeito, a qualidade da louça fina e a uniformidade morfológica de algumas peças, como as taças carenadas, sugerem uma certa especialização técnica que poderia relacionar-se com uma produção de âmbito mais regional que local. A louça grosseira poderia estar ligada a uma produção mais doméstica, que explicaria uma maior heterogeneidade de fabrico.

2 — *Morfologia*

A cerâmica desta fase oferece um repertório de formas variado e funcionalmente diversificado. Esta situação é mais evidente no povoado de S. Julião. Aí foram individualizadas 10 formas distintas, que registam contudo uma representação diferenciada.

Esta variação da representatividade das diferentes formas de louça grosseira faz-se acompanhar por um claro aumento da louça fina, sobretudo de taças carenadas (forma 5), que sobem de 13% para 21% entre o 1.º e o 3.º momentos de ocupação e dos potinhos ou púcaros.

⁹ Encontramos o mesmo tipo de técnica de fabrico na cerâmica do Bronze Final do povoado de Santa Marta da Falperra, Braga e na do Monte do Padrão, em Santo Tirso.

Se exceptuarmos as formas raras (forma 6), podemos considerar que a produção cerâmica de S. Julião I é basicamente constituída por louça de cozinha, bastante homogénea técnica e morfologicamente desde os inícios da vida do povoado. Quer dizer, a evolução da cerâmica de S. Julião I parece relacionar-se essencialmente com aspectos da representatividade das principais formas e não com alterações significativas de carácter morfológico.

Apesar do elevado número de fragmentos de cerâmica detectados, só foi possível obter um escasso número de perfis completos, pertencentes a peças de reduzidas dimensões. Contudo a quantidade significativa de bordos, frequentemente com boa parte do bojo, permitiu sistematizar as formas mais características.

FORMAS:

Forma 1 — Pote, de pança ovóide; bordo ligeiramente reentrante no prolongamento da pança, ou ligeiramente esvasado; ombros quase direitos, convergentes; lábios arredondados, ou rectos horizontais.

Esta forma foi detectada, quer em S. Julião (Est. II), quer no Barbudo (Est. III). As suas pastas são sempre grosseiras e as superfícies sumariamente alisadas. Estas apresentam-se quase sempre alteradas pelo fogo, indicando a sua sistemática utilização como forma de cozinha. É igualmente frequente que as peças estejam revestidas externamente por uma forte película de fuligem, que atinge também o lado interno do bordo. Esta situação ocorre apenas na parte superior dos vasos, o que sugere a prática de os enterrar parcialmente, dispondo-se o fogo à volta do vaso.

É uma forma de dimensões médias, cujos diâmetros se situam maioritariamente entre 12 e 19 cm (57%), embora a amplitude dos diâmetros seja razoável, situam-se entre 12 e 40 cm. Em S. Julião esta forma apresenta, com alguma frequência, uma decoração sobre o lábio, executada quer por incisão, quer por impressão.

Forma 2 — Pote, com perfil em S, quase sempre pouco acentuado; pança esférica, colo bem marcado, ou incipiente; lábios arredondados, ou rectos horizontais; pode possuir asas em tira, colocadas entre a parte alta da pança e o bordo.

Esta forma, menos frequente que a anterior em S. Julião, está pouco representada no castro do Barbudo. As pastas são grosseiras e as superfícies alisadas, revelando, por vezes vestígios de uso culinário. No entanto, ela parece menos especializada já que se lhe pode atribuir outras funções, sobretudo aos recipientes que possuem maiores dimensões. Os diâmetros variam entre 12 e 40 cm, mas é entre os 20 e 29 cm que encontramos o maior número de peças desta forma. Alguns exemplares apresentavam decoração nos lábios, obtida por incisão e impressão sendo a última técnica mais rara.

Forma 3 — Pote, de pança esférica, com colo curto, por vezes inexistente quando o contacto pança/ bordo é anguloso; bordos direitos divergentes, lábios arredondados, ou rectos horizontais.

Esta forma foi apenas assinalada em S. Julião (Est. II). Feita como o mesmo tipo de pastas das formas 1 e 2, revela habitualmente um alisamento mais intenso das superfícies e por vezes polimento. Apresenta ainda outras particularidades que a distinguem das restantes formas de potes: nunca apresenta vestígios de fuligem nas superfícies e possui uma menor amplitude de diâmetros (26-40), situando-se a maioria dos fragmentos (75%) na categoria de vasos muito grandes (30-40 cm). As grandes proporções desta forma sugerem a sua eventual utilização como recipientes de armazenagem.

Forma 4 — Potinho/ púcaro, de perfil em S, mais ou menos desenvolvido, colo bem marcado quando o bordo se contracurva, ou pouco acentuado, por vezes mesmo inexistente; pança mais ou menos esférica; lábios arredondados, ou adelgaçados; os púcaros possuem uma ou duas asas em anel, sempre colocadas entre o lábio e a parte alta da pança, de secção normalmente irregular.

Esta forma está presente nos dois povoados (Ests. II e III). Tipologicamente e em termos de perfil não se distingue das formas 1 e 2. Trata-se, contudo, de uma forma distinta, não só pelo tipo de fabrico, habitualmente de boa qualidade, como também pelas suas reduzidas dimensões. Os diâmetros variam entre 9 e 17 cm. Incluímos nesta forma, quer os pequenos potes, quer os púcaros, por ser difícil estimar, por vezes, se as peças teriam ou não asas.

Forma 5 — Taça, de perfil carenado; a carena pode ser alta (A), média (B), ou baixa (C); os bordos podem ser esvasados, ou verticais; os lábios são adelgaçados e mais raramente em pequena aba soerguida, os fundos conhecidos são umbilicais, não sendo de excluir a existência de alguns esféricos; por vezes sobre a carena encontram-se mamilos com perfurações verticais.

Esta forma está bem representada no povoado de S. Julião, onde apresenta uma certa variedade tipológica, quer devido à localização da carena, quer à forma de bordos e lábios, bem como à sua orientação (Est. II). No castro do Barbudo constatámos apenas a ocorrência de raros fragmentos de carenas, sem bordo. As taças de S. Julião revelam diâmetros consideráveis. Os mais frequentes são 12, 15 e 17 cm. São assim bastante maiores que os exemplares conhecidos no povoado da Senhora da Guia, Baiões (KALB 1978), onde dominam os recipientes com menos de 10 cm de diâmetro. As taças de S. Julião aproximam-se mais dos espécimes conhecidos a Norte do Douro, nomeadamente em Roriz (Barcelos) (ALMEIDA e SOEIRO 1980, Est. IV), Santo Estêvão da Facha (Ponte de Lima) (ALMEIDA *et alii* 1981, Fig. XXXVIII), Castelo de Matos (Baião) (QUEIROGA, 1984, fig. 11) e Castelo de Aguiar (Vila Pouca de Aguiar), onde revelam diâmetros médios entre 14 e 15 cm. Constatámos em S. Julião uma tendência para o aumento da representatividade dos recipientes de carena média. Em contrapartida as carenas baixas parecem ter tido um uso relativamente circunscrito ao 2.º momento (S. Julião Ib).

Forma 6 — Malga, de pança esférica, ou ligeiramente arqueada; bordo no prolongamento da pança; lábios arredondados ou adelgaçados.

Esta forma está presente em S. Julião (Est. II) e no Barbudo (Est. III), aparecendo contudo muito pouco representada. São peças de pasta grosseira, com superfícies irregulares e sinais de terem sofrido o contacto com o fogo.

Forma 7 — Prato, muito aberto, paredes direitas, divergentes, bordo boleado, ligeiramente esvasado.

Está representada apenas em S. Julião (Est. II), por um único fragmento de uma peça de pasta fina, semelhante à que caracteriza as taças carenadas. Superfícies muito alisadas.

Forma 8 — Forma tronco-cónica?, paredes quase direitas, divergentes, bordo adelgado.

Forma testemunhada por um único fragmento presente em S. Julião (Est. II). Possui pasta bastante grosseira, superfícies irregulares e pouco alisadas. Embora as formas tronco-cónicas sejam características de contextos tumulares datáveis da Idade do Bronze, devemos assinalar que encontramos formas deste tipo no povoado do Monte do Padrão, em Santo Tirso, associadas a materiais cerâmicos do Bronze Final (MARTINS 1985, 217-230).

Forma 9 — Urna, de pança globular, sem colo e com bordo bastante esvasado; lábios aldegaçados; fundo plano e curto.

Trata-se de uma forma rara (Est. II), presente apenas na área exterior do núcleo fortificado. O fabrico é de boa qualidade, com pastas finas e superfícies bem polidas. São peças de dimensão média, com diâmetros homogéneos. Um dos exemplares possuía asa, aparentemente de secção circular, localizada entre o bordo e a parte alta da pança.

Forma 10 — Peça geminada, compõe-se de três pequenas taças com carena dupla, ligadas entre si; fundos umbilicais.

Esta forma está representada em S. Julião (Est. II), por um único exemplar. Apresenta uma pasta de boa qualidade, semelhante à que caracteriza as taças carenadas. O paralelo mais próximo para esta peça pode ser encontrado no povoado da Senhora da Guia, Baiões, no qual se refere o aparecimento de fragmentos de taças geminadas, ligadas pela asa e pela pança (SILVA 1980, 175), ainda que pareçam ser de maiores dimensões (SILVA 1986, 120-121).

Em S. Julião as formas mais frequentes presentes nesta fase parecem ligar-se a funções culinárias (formas 1 e 2), que registam contudo uma tendência para diminuir a sua representatividade ao longo da sequência estratigráfica (61% para 43%, respectivamente, entre as fases Ia e Ic). Paralelamente, verificamos um aumento percentual dos potes de grandes dimensões (5% para 14% entre a fase Ia e Ic), aos quais se pode atribuir uma função de transporte, ou de armazenagem (formas 2 e 3).

BASES

A maioria dos fragmentos de bases possuem fundo plano, ou ligeiramente côncavo. Estas formas parecem pertencer tanto a grandes recipientes como a peças pequenas. São também muito frequentes as bases de fundo umbilical que parecem caracterizar exclusivamente as taças de perfil carenado.

3 — DECORAÇÃO

A cerâmica do Bronze Final é predominantemente lisa, sendo bastante raros os fragmentos decorados e pouco variados os motivos e técnicas decorativas.

As peças que exibem mais frequentemente decoração são os potes, por vezes ornamentados no lábio e mais raramente na pança, com motivos incisos e impressos. Destacamos incisões feitas com objecto de gume afiado, que produzem um efeito decorativo caracterizado por finos golpes, regra geral irregulares. Efeito diferente é o obtido por incisões que provocaram a remoção de parte da pasta, obtendo-se então um lábio serrilhado. A decoração por impressão é menos frequente e parece ter sido obtida por digitação. Estas decorações são frequentes na cerâmica da Idade do Bronze, sendo de destacar a sua ocorrência em estações do Sul de Portugal integradas na chamada «Cultura de Alpiarça» (MARQUES e ANDRADE 1974, 141), em povoados da Beira Alta, como o Cabeço do Crasto, Seia, (SENNA-MARTINEZ *et alii*, 1986, 23), o da Senhora da Guia, em Baiões, (KALB 1978, 127-137), aparecendo ainda no castro de S. Juzenda, Mirandela (HOCK 1980, fig. 5). Os mesmos motivos estão presentes na cerâmica indígena de Conimbriga (ALARCÃO 1974, Est. I e III).

Além deste tipo de decoração, destacamos o aparecimento de fragmentos com mamilos, com decoração brunida e decoração incisiva do tipo «Baiões».

4. A cerâmica da Idade do Ferro

Cronologia

A ocupação que caracteriza os povoados estudados no período entre os séculos VI/V a.C. e I d.C., foi dividida em duas fases: Fase II e Fase III.

A fixação do início da Fase II, entre os séculos VI/V a.C., resulta basicamente da informação fornecida pelo povoado de S. Julião, em Vila Verde, ainda que se trate de um momento difícil de caracterizar, do ponto de vista da cultura material. Em S. Julião o início desta nova etapa define-se pelo abandono da plataforma superior do monte, pela ocupação da vertente leste, pela construção de linhas de defesa em pedra e por uma alteração técnica e morfológica da cerâmica.

No povoado do Barbudo verificámos igualmente um abandono da área do povoado ocupada no Bronze Final e uma deslocação do núcleo do habitat para a coroa do monte, que se

faz acompanhar pelo aparecimento de um novo tipo de cerâmica.

Não se dispendo de datações absolutas para fixar com rigor o início da Fase II, podemos situá-lo, a título de hipótese, entre os séculos VI/V a.C., com base na data provável para o último momento da ocupação de S. Julião I (sécs. VII/VI a.C.?). Mais fácil de estabelecer é o seu *terminus*. Este pode ser datado, com base nos elementos fornecidos pelos três povoados, a partir dos finais do século II a.C., momento a partir do qual se observa a remodelação dos sistemas defensivos e a generalização de casas de pedra. Estas profundas alterações arquitectónicas relacionam-se também com um considerável desenvolvimento tecnológico, perceptível no trabalho da pedra, na cerâmica e na metalurgia.

As dificuldades que tivemos na definição de uma cronologia mais rigorosa para a Fase II parecem ser sentidas por vários autores que trabalham no âmbito da Proto-História do NO (ALMEIDA 1983, 70-74; FARINA BUSTO *et alii* 1983, 120) e resultam da raridade de materiais de importação, ou de produtos metalúrgicos, mais fáceis de datar. Com efeito, é escasso o número de povoados onde estão presentes esses objectos, susceptíveis de fornecer cronologias mais precisas (SILVA 1986). De qualquer modo, não deixa de ser significativa a raridade e a fraca penetração interior de objectos que assinalam contactos com o Mediterrâneo, como a cerâmica púnica, ou grega (FARINA BUSTO *et alii* 1983, 120; HIDALGO CUNARRO 1984, 371-384), ou ainda objectos de ourivesaria (SILVA 1986, 135-136). Esse facto parece traduzir um maior isolamento da região do Noroeste, na segunda metade do 1.º milénio a.C., em relação ao período anterior, ainda que não sejam de desprezar as influências exteriores que se fizeram sentir nesse período (SILVA 1986). Contudo, nem a presença de produtos exógenos é significativa ao ponto de permitir estabelecer quadros evolutivos para os produtos locais, nem tão pouco a cerâmica, pode ser datada à escala de amplas regiões, dado o seu fabrico local.

A Fase III da nossa cronologia compreende todo o séc. I a.C., desenvolvendo-se até meados do séc. I da nossa era. As suas características são bem conhecidas e traduzem a imagem mais vulgarizada na bibliografia relativamente à «Cultura Castreja».

Com efeito é durante esta fase que os castros atingem um nível de organização económico, social e político «visível». Os espaços habitacionais são remodelados, ampliados e melhor delimitados, graças à utilização generalizada da pedra na construção das casas e ao assentamento de amplos lajeados. As defesas complexificam-se e atingem um aparato sem precedentes. Erguem-se novas linhas de muralhas e remodelam-se outras anteriores, normalmente mais toscas e rudimentares. A maioria utiliza agora pedra bem faceada a pico de ferro.

O conjunto destas manifestações arquitectónicas revela uma considerável pujança económica das comunidades, investida quase exclusivamente na valorização do espaço doméstico, que poderá traduzir a competitividade entre comunidades, que parecem necessitar de expressar agora, de forma mais evidente, a sua identidade (MARTINS 1987). De qualquer modo, este surto de crescimento e prosperidade dos povoados faz-se acompanhar por um desenvolvimento técnico marcante, do qual merece destaque especial o aumento da exploração, produção e consumo dos metais.

A baliza inferior desta fase pode ser fixada nos inícios do séc. I a.C., muito embora as características que ela subentende correspondam genericamente a todo aquele século e às

primeiras décadas do séc. I. De qualquer modo, a presença dos primeiros achados de cerâmica importada, normalmente ânforas, datáveis dos finais do séc. I a.C. e a sua posição estratigráfica em relação às sequências de ocupação apenas com cerâmica indígena, servem-nos de critérios cronológicos com valor relativo.

O fim da Fase III pode ser situado em meados do séc. I, altura em que se assinala o aparecimento, de cerâmica comum romana e de materiais de importação com cronologia desse período. No povoado do Lago o fim dessa fase assinala o abandono da estação.

Fase II

Fabrico, morfologia e decoração

A cerâmica que pode ser atribuída a esta etapa de ocupação regista grande homogeneidade técnica e morfológica, contrastando com a produção do Bronze Final.

1. Fabrico

Nesta fase constatamos o aparecimento de um único fabrico, relativamente grosseiro, com pastas com muito quartzo e abundantes partículas de mica, acrescentadas à argila.

As peças parecem ser agora modeladas, provavelmente por partes, pelo menos no caso das de maiores dimensões, posteriormente ligadas entre si.

As cozeduras são piores, em termos médios, que na fase anterior e as cores, castanhas e cinzentas, revelam atmosferas predominantemente de tipo redutor, embora pouco homogêneas. As superfícies das peças são apenas sumariamente alisadas, sendo agora o efeito de brilho garantido pela presença das micas na própria pasta.

Um dos aspectos mais problemáticos da louça desta fase diz respeito à provável introdução do torno lento no fabrico de algumas peças, provavelmente por volta do séc. II a.C. O aparecimento de peças com bordos bastante regulares, por vezes com sinais esparsos de estrias, nem sempre simétricas, parece indicar os primeiros ensaios do uso do torno, inicialmente lento. Todavia, a sua introdução em momentos próximos do séc. II a.C. não suplanta o fabrico manual, ainda maioritário no século seguinte. Os indicadores de uma fase de transição, com cerâmica a torno lento, entre a produção exclusivamente manual dos sécs. IV a II a.C. e a produção a torno da Fase III são contudo ténues e difíceis de precisar, quer do ponto de vista técnico, quer cronológico.

2. Morfologia

Constatamos agora um manifesto empobrecimento do reportório de formas, em relação à fase anterior. Desaparecem as formas mais finas e especializadas da Fase I (formas 5 a 10) e mantêm-se as mais vulgares, como os potes (forma 2) e os potinhos e púcaros (forma 4). Estas formas vão sofrer agora uma valorização de certos atributos, nomeadamente dos bordos e asas, que lhes conferem uma certa originalidade.

A louça deste período é morfológica e funcionalmente pouco diversificada. Com exceção das formas 3 e 4, mais especializadas mas escassamente representadas, verificamos que as outras duas deveriam adaptar-se a um número variado de funções.

Dominam os recipientes fechados de perfil em S, mais ou menos alongado, de diferentes dimensões (formas 1 e 2).

FORMAS:

Forma 1 — Pote, de perfil em S, mais ou menos acentuado; bordo esvasado (A), em aba soerguida (B), ou em aba horizontal (C), com lábios arredondados ou biselados.

Esta forma representa, em qualquer dos povoados escavados, mais de metade do conjunto dos fragmentos de cerâmica analisados. Revela frequentemente vestígios de ter sido utilizada como recipiente de cozinha, ainda que essa função pareça mais frequente nas peças de média dimensão e tenda a diminuir entre as Fases II e III. As peças maiores deveriam destinar-se à armazenagem, tendo em conta que possuem maioritariamente bordos em aba soerguida (B) e horizontal (C), mais propícios ao assentamento de tampas. A última variante de bordos está contudo ausente na última fase.

Tratando-se de uma forma pouco especializada oferece uma considerável amplitude de dimensões, que parecem articular-se sobretudo com a função das peças.

Embora possa ser filiada na forma 2 da Fase I, constatamos uma certa especialização da mesma ao nível dos bordos, cujas variantes parecem agora articular-se com características funcionais.

Muito embora esteja presente na maioria dos castros conhecidos no NO português desconhece-se qual o peso relativo que esta forma possui no conjunto da louça de cada sítio.

Forma 2 — Potinho/ púcaro, de perfil em S; colo mais ou menos bem marcado; bordos esvasados (A), em aba soerguida (B) e menos frequentemente em aba horizontal; os lábios são arredondados ou biselados; os púcaros possuem asas colocadas sobre a pança, ou entre o lábio e a parte alta da pança.

Trata-se da segunda forma mais representada. Distingue-se da forma 1 sobretudo por registar dimensões mais pequenas, já que o seu perfil é semelhante.

Tal como acontece com a forma 1, estamos perante uma forma pouco especializada, que foi igualmente usada como recipiente de cozinha. Essa utilização diminui claramente na Fase III, sendo de destacar uma nítida melhoria na qualidade de fabrico destas peças durante a Fase III.

Forma 3 — Malga ou tigela; pança em calote; bordos no prolongamento da pança, com lábios arredondados, ou rectos horizontais (A); a pança pode ainda ser definida por paredes arqueadas rematando em bordos em aba soerguida (B), ou horizontal (C), por vezes com pequenas asas entre o bordo e a pança.

Trata-se de uma forma pouco comum, cuja representatividade nunca ultrapassa os 3%. Parece constituir a perduração da forma 6 da Fase I. Os elementos inovadores desta forma resultam agora de uma certa variabilidade de bordos, por vezes em pequena aba e, nalguns casos, de asas na pança.

Aparece referenciada em contextos atribuíveis à Fase III em vários castros, nomeadamente em Terroso (SILVA 1986, LI-6) e Sto. Estevão da Facha, Ponte de Lima, (ALMEIDA *et alii* 1981), embora se ignore a sua representatividade.

Forma 4 — Panela, ou tacho de asa interior; pança mais ou menos arqueada, por vezes com paredes direitas divergentes; bordos no prolongamento da pança, arredondados, espessados, ou em aba; asas interiores de secção circular ou semi-circular.

Trata-se de uma forma verdadeiramente original da Fase II, ainda que a sua produção atinja a máxima expressão na Fase III (4% para 15%), onde irá assinalar uma notável variabilidade ao nível dos bordos.

Definida habitualmente como forma 16 da tipologia de Carlos A. Ferreira de Almeida (1974, 195), possui uma ampla representação nos castros do Noroeste português, onde caracteriza contextos arqueológicos integráveis na Fase III. Ignora-se qual a importância desta forma no cômputo geral da cerâmica dos povoados¹⁰.

Todas as formas referidas foram usadas indiferenciadamente como recipientes de cozinha. Essa função, bem representada na forma 1, caracteriza quase metade das peças da forma 2, raros fragmentos da forma 3 e todas as peças da forma 4, a única que parece ter sido executada exclusivamente com esse fim.

A confrontação da cerâmica analisada com a produção de outros povoados e regiões é difícil de estabelecer. No entanto, é um facto que encontramos noutros povoados os mesmos tipos morfológicos assinalados no vale do Cávado¹¹, com especial destaque para as formas (1, 2 e 4). Desconhecemos, contudo, quais as frequências com que ocorrem essas formas, o que limita à partida qualquer tentativa de comparação sistemática das mesmas.

¹⁰ Esta forma parece corresponder a um tipo morfológico característico dos povoados da área meridional do NO. É conhecida todavia na região de Pontevedra, onde surge menos representada que no Noroeste Português. Destacamos a sua ocorrência em Santa Tecla, em níveis dos séculos I a.C./ 1 d.C. (PENA SANTOS 1986, figs. 10, 11 e 12), no castro de Vigo (HIDALGO CUNARRO 1985a, fig. XV-5), no castro de «A Cidade do Caneiro» (HIDALGO CUNARRO e COSTAS GOBERNA 1979, 181) e em Trona (HIDALGO CUNARRO 1985b).

¹¹ Nomeadamente em Briteiros (SILVA *et alii* 1978, 421-430), Sabroso (SOEIRO *et alii* 1981, 341-350), Terroso (SILVA 1986, LIX-2), Coto da Pena (SILVA 1986, XLVIII-2; LIX-2), Monte das Ermidas, Vila Nova de Famalicão (QUEIROGA 1985, Figs. 13, 14 e 15) e Monte Mózinho (ALMEIDA 1974a; 1977; SOEIRO 1984), entre outros.

BASES

Encontramos nesta fase 4 variantes de bases, de diferentes dimensões. Distinguimos a presença de bases de fundo plano (A), de fundo plano alargado (B), de fundo côncavo (C) e de côncavo alargado (D). Destas variantes apenas a D corresponde a uma inovação deste período. Verificamos, por outro lado, que são as bases de tipo A e C, mais frequentes no Bronze Final (Fase I), que terão tendência para diminuir a sua representação, até desaparecerem, enquanto que as outras tenderão a tornar-se dominantes.

O facto da cerâmica aparecer muito fragmentada dificulta a atribuição das bases a formas precisas. No entanto, estamos em crer que elas devem ter caracterizado, de modo mais ou menos equitativo, as quatro formas enunciadas anteriormente.

3 — DECORAÇÕES

A cerâmica desta fase é predominantemente lisa. Entre os motivos ornamentais mais frequentes destacamos os triângulos (27% em S. Julião; 39% no Lago); os reticulados (4% em S. Julião, 6% no Lago) e diversos motivos incisos, pontilhados, traços (35% em S. Julião, 16% no Lago). No povoado do Barbudo encontramos apenas três fragmentos decorados atribuíveis a esta fase.

As técnicas decorativas utilizadas distinguem-se das da fase anterior. A incisão, usada no Bronze Final para decorar os lábios e panças dos potes, persiste aplicada agora a um número mais diversificado de motivos, alguns bastante originais. Destaque especial merecem os triângulos, preenchidos com linhas paralelas a um dos lados¹², que aparecem em várias composições, juntamente com caneluras horizontais e mais raramente círculos concêntricos.

No grupo das incisões destacamos ainda os reticulados, formando bandas, as séries de pontos, associadas a caneluras, várias combinações de traços, formando «espinha», com frequência aplicados sobre cordões.

A impressão confinada na fase anterior a digitações sobre os lábios dos potes manifesta-se agora pela ocorrência de estampilhas de SSS e de círculos concêntricos. O último motivo é contudo pouco frequente, aparecendo associado a triângulos ou a caneluras. Mais vulgares são os SS que entram numa grande variedade de composições. Associam-se sempre a caneluras, aparecendo em séries horizontais, tombados, na vertical, podendo ser simples, duplos, ou mesmo triplos.

Bastante frequentes nesta fase são também os cordões em relevo aplicados, quase sempre decorados com traços incisos.

Destacamos a ausência nos povoados estudados de certos motivos decorativos estampados, nomeadamente de besantes, considerados como um dos temas ornamentais mais clássicos

¹² Destacamos a ocorrência deste mesmo motivo no castro do Barbudo, em contexto do Bronze Final.

da cerâmica deste período (SILVA 1986, 124). Julgamos a este propósito que, mais do que constatar os paralelismos entre regiões, nem sempre com uma base cronológica segura, importa valorizar as particularidades de cada uma delas, sobretudo no domínio decorativo.

Fase III

Fabrico, morfologia e decoração

A cerâmica desta fase regista no conjunto dos três povoados estudados, uma evolução significativa em relação à fase anterior, quer do ponto de vista técnico, quer morfológico. Os aspectos técnicos mais marcantes relacionam-se com a generalização do torno e com o aparecimento de cerâmicas de melhor qualidade, com pastas mais finas de melhores acabamentos. Por outro lado, as inovações técnicas parecem associar-se a uma maior especialização morfológica e funcional das peças.

Também o repertório de formas se vai enriquecer com o aparecimento de novos recipientes mais especializados. No entanto manter-se-ão todas as formas que caracterizam a Fase II (formas 1 a 4). A repartição dos novos produtos é contudo bastante desigual.

1. Fabrico

A cerâmica desta fase torna-se mais diversificada, sendo possível isolar dois fabricos distintos, um grosseiro e outro fino, aspecto que se faz acompanhar da generalização do uso do torno. Constata-se, todavia, a perduração do fabrico manual que representa ainda boa parte da produção cerâmica desta fase.

Assinala-se igualmente uma melhoria na qualidade da cozedura das peças que parece agora mais regular, considerando a maior homogeneidade da cor das peças. Embora continuem a dominar os tons escuros, cinzentos e castanhos destacamos o aparecimento de peças de tons claros, bejes, amarelados e por vezes mesmo rosados, que indicam cozeduras mais oxidantes.

Alguns dos progressos técnicos desta fase, como seja o uso regular do torno, o maior controlo das cozeduras e a boa qualidade de alguns recipientes, parecem assinalar um tipo de produção mais especializado, mas também mais estereotipado. É provável que se tenha mantido uma produção local, eventualmente no âmbito de cada povoado, no qual dominaria o fabrico manual, enquanto que alguns centros de produção poderiam ter iniciado o fabrico de peças mais especializadas, feitas a torno. Trata-se contudo de uma hipótese académica, que necessitaria para ser confirmada com base num conjunto de dados bastante mais significativo do que aquele que possuímos de momento¹³.

¹³ A hipótese de existência de centros de produção de cerâmica, de âmbito regional e de comercialização de produtos, tem sido sobretudo sugerida a partir de elementos de natureza sinalética, referenciados nalguns povoados e nos quais se pretende ver a existência de marcas de oleiro (SILVA 1986, 126).

De qualquer modo, assinalamos nesta fase uma maior homogeneidade nos materiais dos diferentes povoados, que parece subentender uma maior interacção entre as comunidades do vale do Cávado.

2. Morfologia

Nesta fase temos a registar a persistência das formas 1 a 4 e o aparecimento de algumas peças bastante especializadas (formas 5 a 8).

Forma 5 — Talha; bordo em grande e grossa aba soerguida, moldurada interiormente na zona de contacto com a pança; lábio simples, recto horizontal, ou inclinado para o interior, por vezes espessado internamente; ombros altos, quase sempre direitos divergentes, definindo a parte superior de uma pança bitronco-cónica; bases grandes, normalmente de fundo plano, ou côncavo alargado, por vezes reforçadas internamente.

Trata-se de uma forma especializada e vocacionada para armazenagem, função satisfeita anteriormente pelos potes grandes e muito grandes, de aba soerguida (forma B) ou horizontal (forma 1C). Revela um perfil técnico e morfológico muito homogêneo, com pastas grosseiras e elevada quantidade de micas. As grandes dimensões desta forma impedem, regra geral, a reconstituição integral do seu perfil, sendo conhecida apenas uma forma completa, procedente da citânia de Sanfins (SILVA 1986, Est. LVI-6). No entanto, conhecem-se bem os seus bordos, assim como as suas bases, bastante robustas e não raro reforçadas, normalmente de fundo plano alargado (B), ou côncavo alargado (D).

Forma 6 — Painela de asa em orelha, pança e fundo esféricos, bordo vertical, ou oblíquo, formando ângulo com a pança; asas repuxadas do bordo, possuindo forma semi-circular, perfurada a meio a fim de permitir a suspensão da peça sobre o lume.

Forma especializada de cozinha, destinada a ser usada suspensa sobre o fogo¹⁴. Aparece representada em vários povoados em contextos tardios e próximos da romanização.

Forma 7 — Copa, de perfil em S achatado; bordo bastante contracurvado; colo acentuado e pança baixa; boca mais larga que a pança; as bases têm fundo plano alargado; normalmente possuem asas colocadas entre o lábio e a pança.

Está representada apenas no povoado do Lago. O seu fabrico é de boa qualidade. É conhecida em vários povoados do Noroeste português, embora se ignore a sua frequência. É designada por taça (SILVA 1986, 127, gráfico 3), ou copa (ALMEIDA 1974, 193, Est. XIII 1 a 4).

¹⁴ Trata-se da forma 15 da tipologia de C. A. Ferreira de Almeida (1974, 195, Est. XVIII-1) e tipo D2c de A. Coelho da Silva (1986, gráfico 3). A sua frequência é bastante menos significativa que a da forma 4, aparecendo representada na região de Pontevedra (HIDALGO CUNARRO 1985a, fig. VI-3; 1985b, 28, fig. XVIII-2).

Forma 8 — Almojariz; paredes arqueadas, ou quase direitas divergentes; bordos em aba soerguida; possui perfil semelhante às panelas de asa interior; bordo moldurado internamente com vertedoiro.

Presente apenas no povoado do Lago. As suas características técnicas e morfológicas são semelhantes às da forma 4.

O conjunto dos elementos fornecidos pela cerâmica desta fase permite verificar uma maior diversificação funcional da louça e simultaneamente uma maior especialização de certas formas, mais adequadas a certos fins. No entanto, essas transformações parecem processar-se a diferentes ritmos. O povoado do Lago parece revelar uma adaptação mais evidente ao novo quadro produtivo desta fase, enquanto que no povoado do Barbudo as inovações parecem mais difíceis de se vulgarizar.

BASES

Esta fase assinala uma maior estandarização das variantes das bases. A variante C, presente na Fase II, no povoado do Lago, está agora totalmente ausente. A forma A frequente na fase anterior (42% em S. Julião, 28% no Barbudo e 31% no Lago) representa agora apenas 3 e 4%; respectivamente em S. Julião, Barbudo e Lago.

Em contrapartida, constata-se um aumento considerável das variantes B e D, que traduzem uma maior padronização desta parte dos recipientes.

3 — DECORAÇÃO

A cerâmica decorada está escassamente representada, restringindo-se a algumas poucas dezenas de fragmentos (38 em S. Julião; 29 no Barbudo e 69 no Lago).

As técnicas decorativas presentes na fase anterior vão persistir, verificando-se contudo a sua aplicação para obter novos temas e composições.

As incisões fazem-se representar agora por caneluras horizontais que surgem, quer como tema único, normalmente em séries de 2, 3 ou mais, quer associadas a outros motivos simples, como puncionados, traços ou outros temas impressos.

As estampilhas estão representadas basicamente por séries de SSS, associadas a caneluras, formando agora composições mais simples. Os círculos concêntricos aparecem apenas representados no povoado do Barbudo, mas em íntima percentagem em relação ao total das decorações aí presentes (3%). Também os triângulos e reticulados, frequentes na fase anterior, aparecem igualmente apenas no povoado do Barbudo (3% e 10% respectivamente).

Frequentes são os cordões que surgem, quer em S. Julião (13%), quer no Barbudo (28%). Com temas novos assinalamos as caneluras simples e as molduras que atingem uma certa importância no conjunto das decorações, sobretudo no Lago, onde prefazem 59% do total das decorações.

O povoado do Barbudo parece ser aquele em que se verifica uma maior perduração dos temas da Fase II. A persistência, embora em reduzida percentagem, de triângulos (3%), reticulados (10%) e círculos (3%), ausentes nos restantes povoados, bem como os cordões (28%), parece revelar uma maior resistência ao abandono dos temas mais característicos daquela fase.

No entanto, as pequenas amostragens de cerâmica decorada não permitem valorizar excessivamente estas deduções, em termos culturais, muito embora a variabilidade observada nos povoados pareça indicar índices de permeabilidade diferenciada das comunidades, em relação às inovações desta fase, sejam elas técnicas, morfológicas, ou estilísticas.

5. Considerações Finais

Os resultados apresentados nas páginas anteriores, relativos a três povoados da bacia do Cávado, remetem-nos necessariamente para algumas conclusões que julgamos oportuno esquematizar.

De facto, não acreditamos ter atingido uma formulação tipológica elaborada, de momento impossível de realizar. Apesar de termos lidado com uma amostragem estatisticamente relevante, com material bem estratigrafado, com sequências evolutivas similares dentro dos povoados, inseridos numa região homogénea, não pensamos dever alargar o quadro da produção cerâmica observado ao conjunto do vale do Cávado e, muito menos, ao Noroeste português. Trata-se necessariamente de um contributo regional, ainda que suficientemente sólido para fornecer um ponto de partida a futuros trabalhos. Por outro lado, julgamos que o tipo de metodologia que utilizámos (valorização do conjunto das peças e seu tratamento estatístico) é indiscutível, se tivermos em conta o tipo de material em presença.

Os avanços no estudo da cerâmica proto-histórica do NO português passam necessariamente por três etapas que não podem ser ignoradas, ou mesmo ultrapassadas: a primeira é a que se situa na esfera do estudo das estações, onde é necessário obter boas séries estratigráficas e amostragens significativas de material; a segunda coloca-se no âmbito da análise regional desses dados e na sistematização de sequências culturais; finalmente, a terceira situa-se no domínio dos estudos comparativos inter-regiões e na tentativa de definir áreas culturais específicas.

É inútil comparar a cerâmica de estações, cuja cronologia se encontra mal sistematizada, como inútil é também publicar como representativas certas peças, das quais se desconhece o seu valor de amostragem, ou mesmo a sua cronologia absoluta.

Mais do que no Bronze Final, a cerâmica da segunda metade do I.º milénio a. C., revela-se conservadora nos seus estilos e fabricos, fornecendo raros indicadores cronológicos, que podem ter apenas um valor regional. Portanto, ainda que certas peças possam ser datadas com algum rigor, a partir de outros elementos, haverá que ter em conta que elas podem não ser exclusivas do estrato arqueológico em que ocorrem, podendo assinalar períodos cronológicos amplos e até diversificados. Por isso, deverão valorizar-se essencialmente conjuntos significa-

tivos de material, susceptíveis de representarem etapas cronológicas e culturais precisas, ainda que estas possam surgir, inicialmente, num quadro temporal demasiado «grosseiro». Admitir os limites e os problemas que se colocam à análise e datação da cerâmica proto-histórica, será talvez a melhor maneira de se encontrarem soluções para o estudo deste importante material arqueológico.

BIBLIOGRAFIA

- ALARCÃO, J. (1974) — *Cerâmica comum local e regional de Conímbriga*, Suplementos de Biblos, 8, Coimbra.
- ALMEIDA, C. A. B. (1987) — *Proto-história e romanização da bacia inferior do Lima*, Porto.
- ALMEIDA, C. A. B. e M. T. Soeiro (1980) — Sondagens nos castros de Abade do Neiva e Roriz, Barcelos, 1978, *SANP*, 2, pp. 29-35.
- ALMEIDA, C. A. F. (1972) — A Póvoa de Varzim e o seu aro na antiguidade, *Póvoa de Varzim - Boletim Cultural*, 11 (1), Póvoa de Varzim, pp. 5-34.
- (1974a) — Cerâmica Castreja, *R.G.*, 84, (1-4), pp. 171-197.
- (1974b) — *Escavações no Monte Mozinho* (1974), Centro Cultural Penafidélis, Penafiel.
- (1977) — *Escavações no Monte Mozinho* (1975-1976), Centro Cultural Penafidélis, Penafiel.
- (1983) — Cultura Castreja. Evolução e problemática, *Arqueologia*, 8, Porto, pp. 70-74.
- ALMEIDA, C. A. F.; T. Soeiro; C. A. B. Almeida; A. J. Baptista (1981) — *Escavações arqueológicas em Santo Estêvão da Facha*, Arquivo de Ponte de Lima, Ponte de Lima.
- BALFET, F. (1966) — Terminologie de la poterie, *La Préhistoire*, A. L. Gourhan *et alii* (eds.), PUF, Paris, pp. 272-278.
- BALFET, H.; M. F. Fauvet-Berthelot; S. Mouzon (1983) — *Pour la normalisation de la description des poteries*, CNRS, Paris.
- FARIÑA BUSTO, F.; F. ARIAS VILAS; A. M. Romero Masiá (1983) — Panorâmica general sobre la cultura castrexa, *Estudios de Cultura Castrexa e de Historia Antiga de Galicia*, Santiago de Compostela, pp. 87-126.
- HIDALGO CUÑARRO, J. M. (1982) — *El castro de Vigo. Noticia preliminar de las excavaciones de 1981*, Museu Municipal de Vigo, 5, Vigo.
- (1983) — *Excavaciones arqueológicas en el castro de Vigo*. Publicaciones del Museu Municipal «Quifones de Leon» (Castrelos), 6, Vigo.
- (1984) — El castro de Vigo y el comercio atlántico romano en el Noroeste Peninsular, *R.G.*, 94, pp. 371-384.
- (1985a) — *Castro de Vigo, campaña de 1983*, Arqueoloxia/ Memorias, 1, Santiago de Compostela.
- (1985b) — *Castro de Troña, campaña de 1983*, Arqueoloxia/ Memorias, 3, Santiago de Compostela.
- HIDALGO CUÑARRO, J. M. e F. J. Costas Goberna (1979) — El castro «A cidade» de Caneiro, Fogara (Pontearreas), *EMP*, 33, pp. 151-228.
- (1982) — Avances sobre a tipoloxia da cerâmica castrexa - as xerras, *EMP*, 36, pp. 273-289.
- JORGE, S. O. (1985) — Datos de carbono 14 para a Pré-história recente do Norte de Portugal: os dados e os problemas, *Arqueologia*, 12, Porto, pp. 154-183.
- KALB, Ph. (1974-77) — Uma data de C14 para o Bronze Atlântico, *AP*, série III, 7-9, pp. 141-144.
- (1978) — Senhora da Guia, Baiões. Die Ausgrabung auf einer Höhensiedlung der Atlantischen Bronzezeit in Portugal, *MM*, 19, pp. 112-138.
- (1980) — Zur Atlantischen Bronzezeit in Portugal, *Germania*, 58, Frankfurt, pp. 25-59.
- LITTLE, G. (1985) — The Technology of pottery manufacture in the Iron Age of Northwestern Portugal: methodology and preliminary results, *CA*, série II, 2, pp. 249-254.
- MARQUES, G. e M. Andrade (1974) — Aspectos da Proto-história do território português. 1. Definição e distribuição geográfica da Cultura de Alpiarça, III CNA, Porto, pp. 125-148.

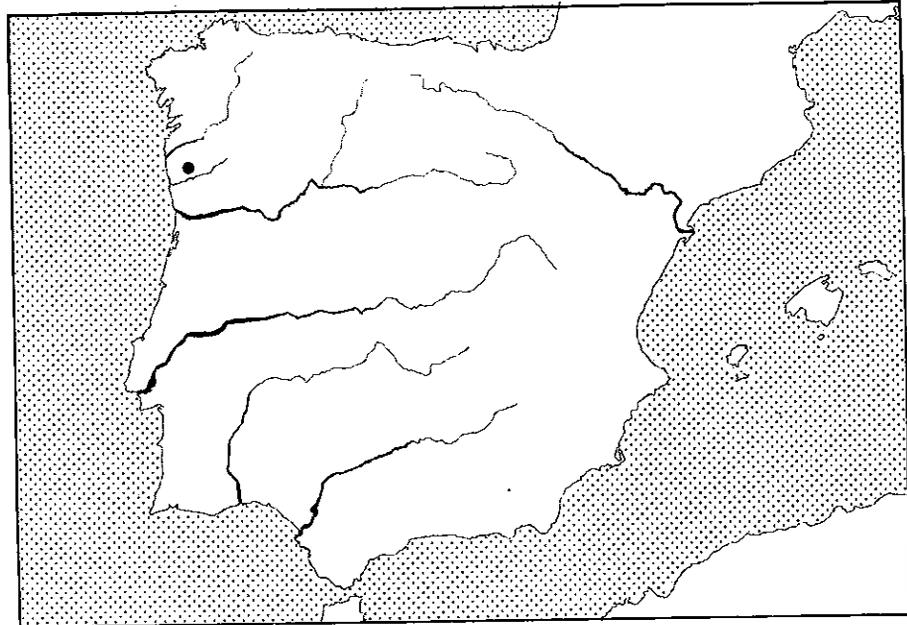
- MARTINS, M. (1984) — A citânia de S. Julião, Vila Verde. Primeiras sondagens, *CA*, Série II, 1, Braga, pp. 11-27.
- (1985a) — A ocupação do Bronze Final da citânia de S. Julião, em Vila Verde. Caracterização e cronologia, *TAE*, 25 (2-4), Porto, pp. 197-240.
- (1985b) — Sondagens arqueológicas no castro do Monte do Padrão, em Santo Tirso, *CA*, Série II, 2, Braga, pp. 217-230.
- (1986a) — Duas datas de C14 para a ocupação do Bronze Final do povoado de S. Julião, Vila Verde, *Arqueologia*, 13, Porto, pp. 159-160.
- (1986b) — O povoado proto-histórico do Lago (Amares). Sistemas de defesa e fases de ocupação, *AP*, série IV, 4, pp. 149-184.
- (1987) — *O povoamento proto-histórico e a romanização da bacia do curso médio do Cávado*, Braga (tese de doutoramento polic.).
- (1988a) — *O povoado fortificado do Lago, em Amares*, Cadernos de Arqueologia — Monografias — 1, Braga.
- (1988b) — *A citânia de S. Julião, em Vila Verde: memória dos trabalhos realizados entre 1981 e 1985*, Cadernos de Arqueologia — Monografias — 2, Braga.
- (1988c) — *O castro do Barbudo, em Vila Verde. Resultados das campanhas de 1983, 1984 e 1985*, Braga (no prelo).
- PENA SANTOS, A. (1986) — *Yacimiento galaico-romano de Santa Trega*. Campana 1983, *Arqueologia/Memórias*, 5, La Coruna.
- PLOG, S. (1978) — Social interaction and stylistic similarity, *Advances in archaeological Theory and Method*, M. B. Schiffer (ed.), Academic Press, New York, pp. 143-182.
- (1980) — *Stylistic variation in prehistoric ceramics*, Cambridge University Press.
- QUEIROGA, F. (1984) — Escavações arqueológicas em Castelo de Matos. Notícia preliminar, *Arqueologia*, 9, Porto, pp. 105-116.
- (1985) — Escavações arqueológicas no castro das Ermidas. A campanha de 1983, *Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão - Boletim Cultural*, 6, Vila Nova de Famalicão, pp. 5-43.
- REY CASTINEIRAS, J. (1978) — *Tipología de la cerámica castrena, aportación a su estudio*, Santiago de Compostela (tese polic.).
- (1983) — Dos hitos cronológicos en la cerámica castrena, *XVI CAN*, pp. 443-448.
- (1984) — Algunas consideraciones sobre cerámica castrena, *CIEHMN*, Salamanca (ponência polic.).
- RICE, P. M. (1984) — Change and conservation in pottery - producing systems, *The Many dimensions of pottery*, Amsterdam, pp. 231-288.
- ROMERO QUIROGA, M. (1975) — *La cerámica castrena*, Valladolid (tese de licenciatura polic.).
- SENNA-MARTINEZ, J. C.; A. Guerra e C. Fábão (1986) — «Cabeço do Crasto», *São Romão, Seia, A Campanha 1985*.
- SILVA, A. C. F. (1986) — *A cultura castreja no Noroeste Português*, Paços de Ferreira.
- SILVA, A. C. F. e R. Centeno (1978) — Corte estratigráfico na citânia de Briteiros (Guimarães) 1977-1978, *R.G.*, 88, pp. 421-430.
- SILVA, A. C. F.; C. T. Silva e A. B. Lopes (1984) — Depósito de fundidor do final da Idade do Bronze do castro da Senhora da Guia (Baiões, S. Pedro do Sul, Viseu), *Lucerna*, Porto, pp. 73-95.
- SILVA, C. T. (1980) — Contribuição para o estudo da Cultura Castreja na Beira Alta, *SANP*, 2, pp. 171-181.
- SOEIRO, T. (1981) — O castro de Peso em Santa Leocádia de Geraz de Lima, *Arqueologia*, 3, Porto, pp. 99-102.
- (1984) — *Monte Mozinho. Apontamentos sobre a ocupação entre Sousa e Tâmega em época romana*, Penafiel.
- SOEIRO, T.; R. Centeno, e A.C.F. Silva (1981) — *Sondagem arqueológica no castro de Sabroso*, *R.G.*, 91, pp. 341-350.
- VAZQUEZ, VARELA, J. M. e F. Guitian Rivera (1977-78) — Sobre la tecnología de la cerámica castrena (cerámica de las islas Cies-Pontevedra), *Gallaecia*, 3/4, Santiago de Compostela, pp. 275-279.
- (1981) — Sobre la tecnología de la cerámica castrena, *Arqueologia*, 4, Porto, pp. 89-92.

ABREVIATURAS

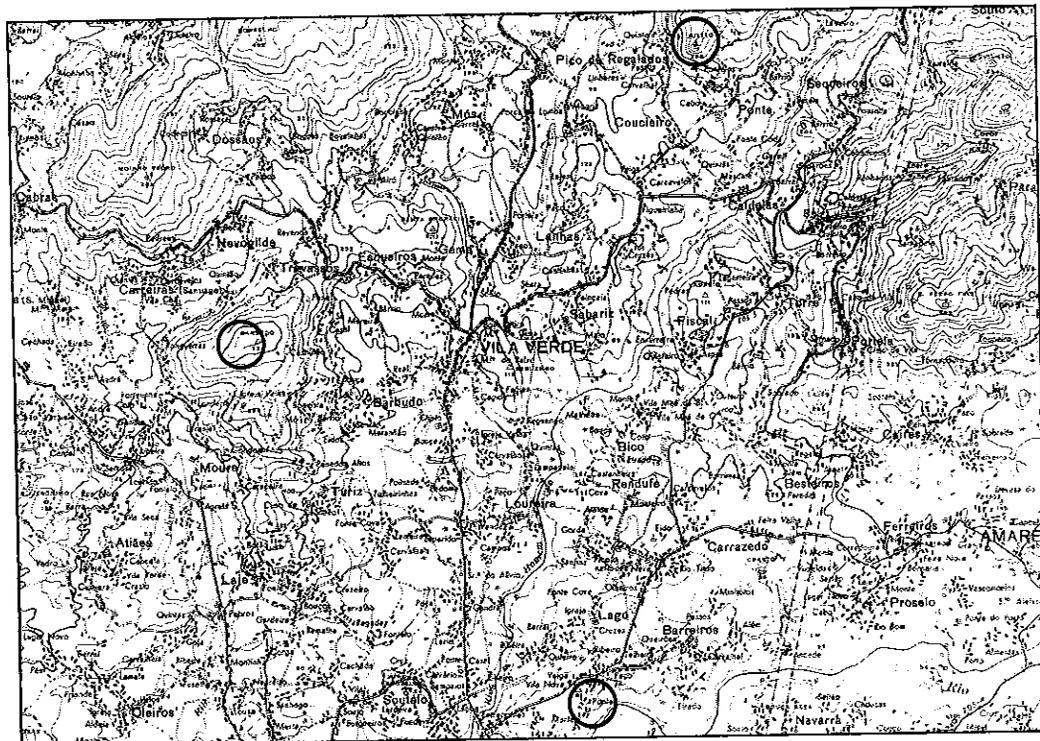
A.P.	=	Arqueólogo Português, Lisboa
C.A.	=	Cadernos de Arqueologia, Braga
C.A.N.	=	Congreso de Arqueologia Nacional, Zaragoza
C.N.A.	=	Congresso Nacional de Arqueologia, Portugal
EMP	=	El Museo de Pontevedra, Pontevedra
M.M.	=	Madriдер Mitteilungen, Madrid
R.G.	=	Revista de Guimarães, Guimarães
SANP	=	Seminário de Arqueologia do Noroeste Peninsular, Guimarães
TAE	=	Trabalhos da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia, Porto



ESTAMPA I

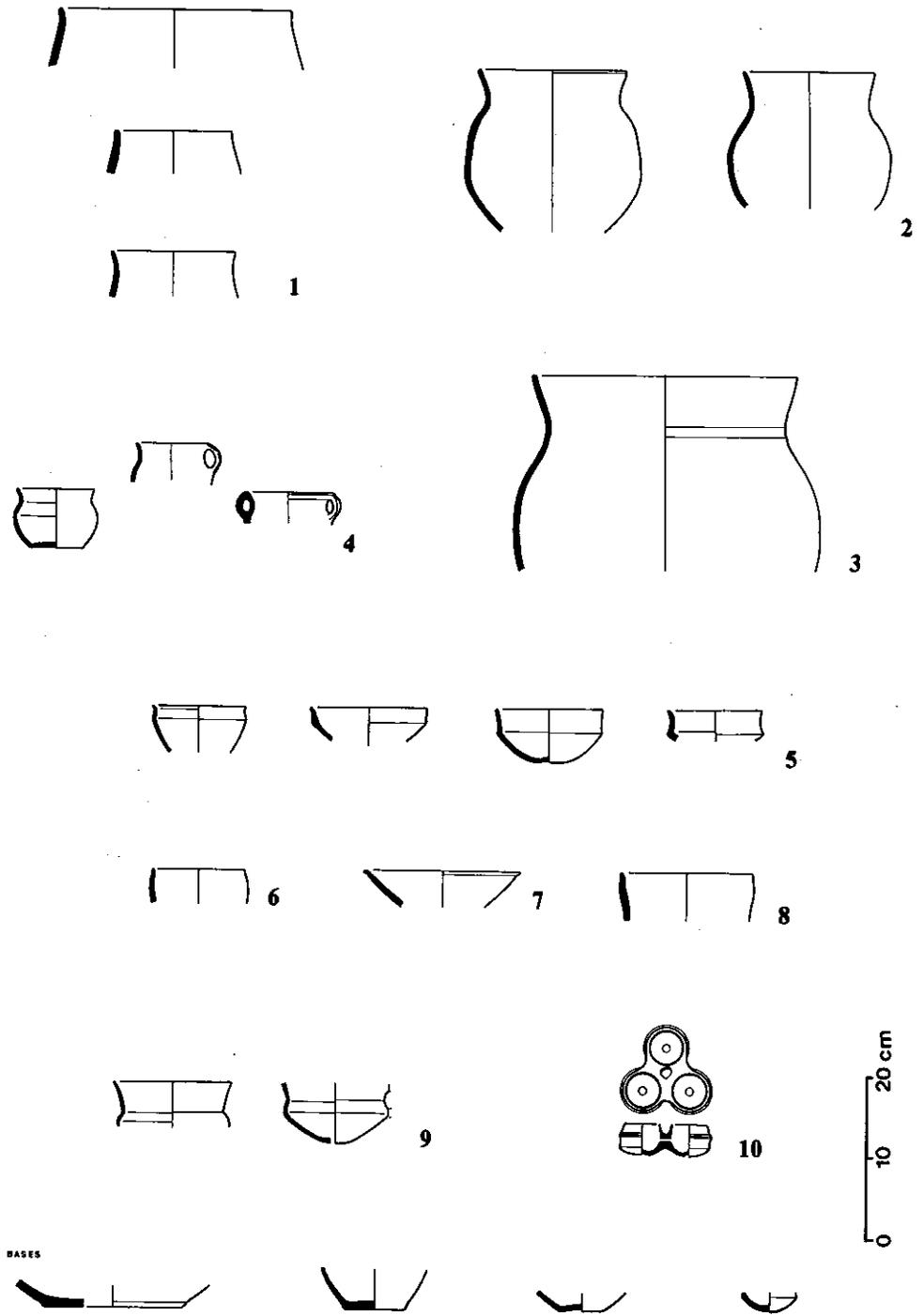


1 Localização da área estudada na Península Ibérica.



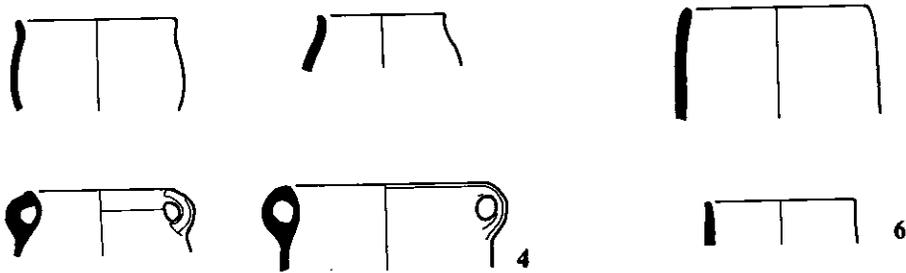
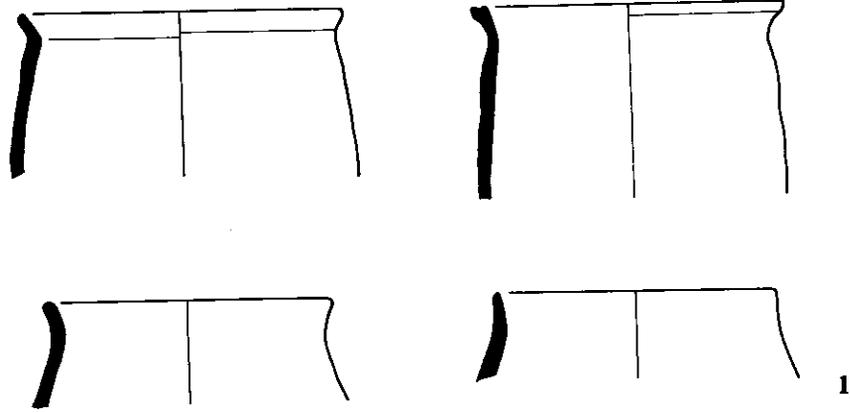
2 Localização dos povoados estudados (Redução das Cartas Corográficas do I.G.C. nºs 5B e5D) (Esc. 1:100.000).

ESTAMPA II



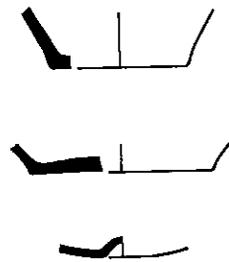
Formas representadas em S. Julião I.

ESTAMPA III



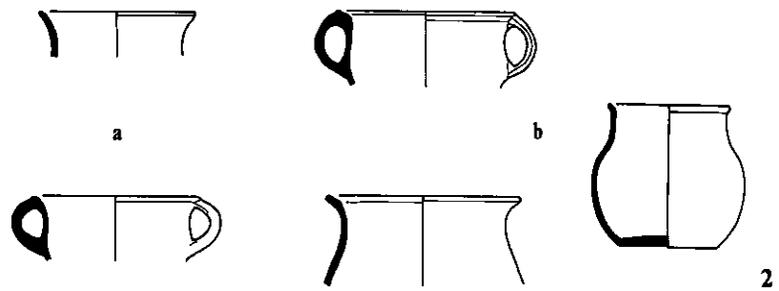
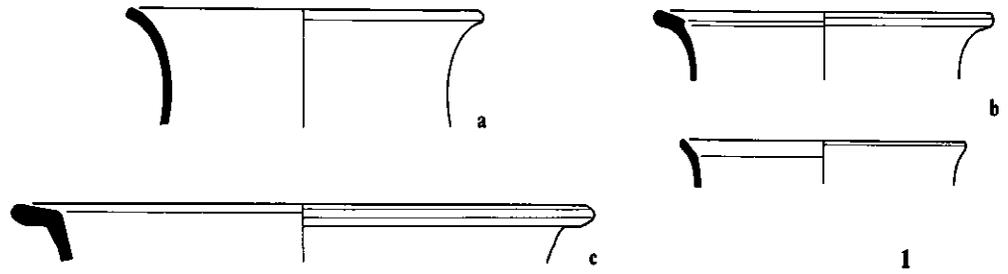
0 10 20 cm

BASES



Formas representadas em Barbudo I.

ESTAMPA IV



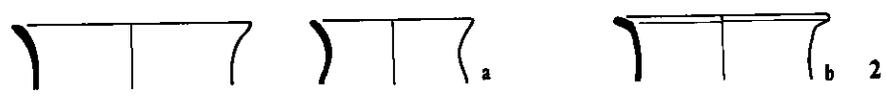
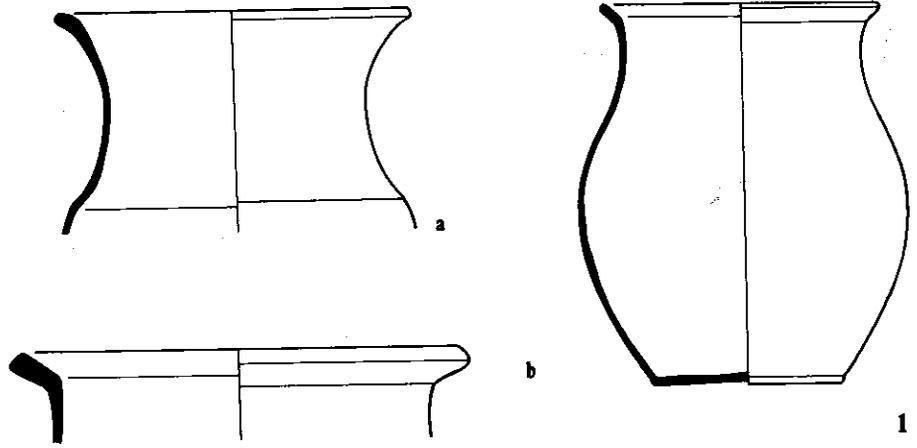
BASES



0 10 20 cm

Formas representadas em S. Julião IIA.

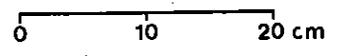
ESTAMPA V



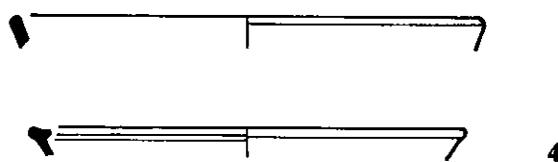
BASES



Formas representadas em Barbudo IIA.



ESTAMPA VI



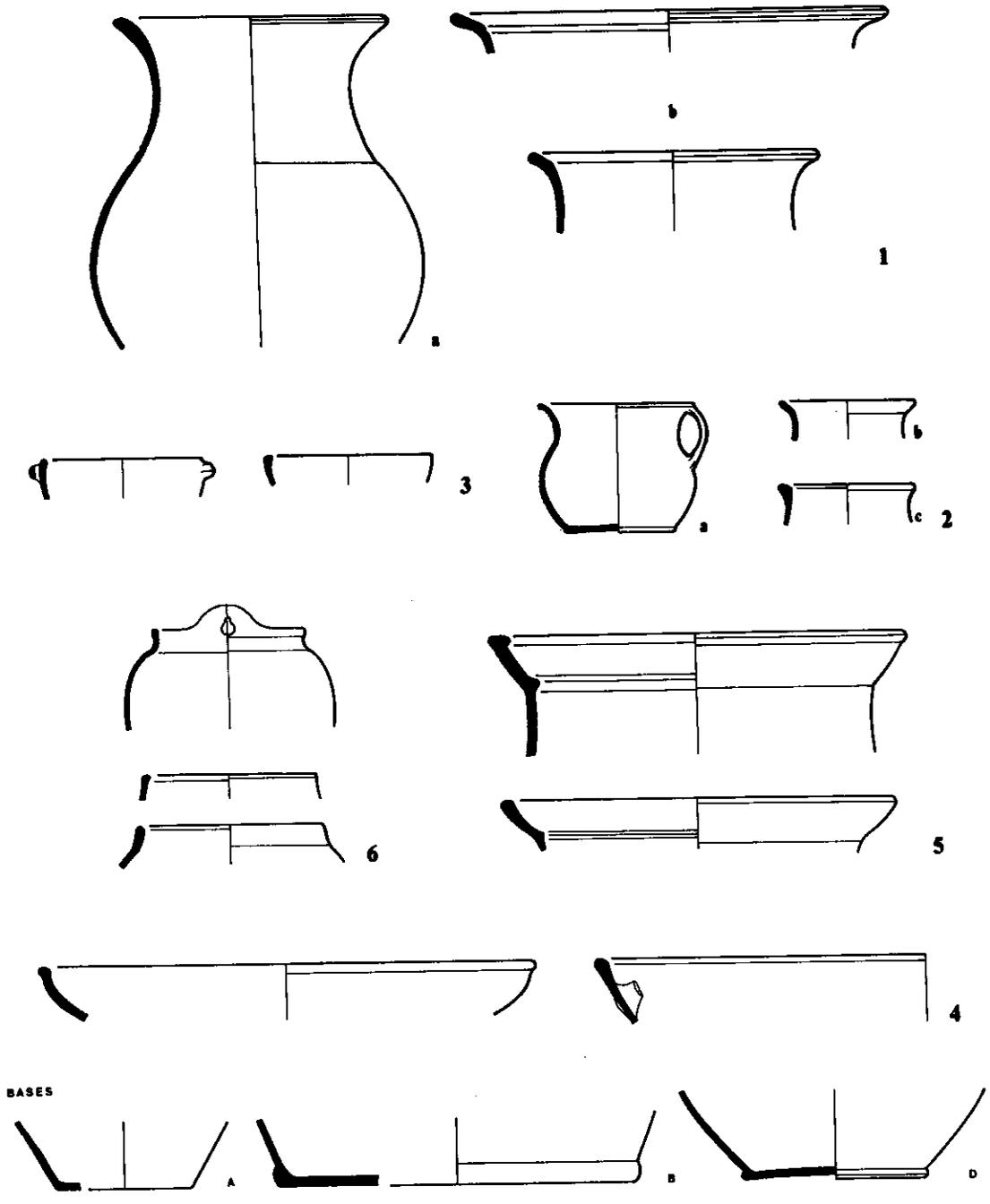
BASES



Formas representadas em Lago IB.

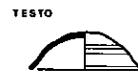
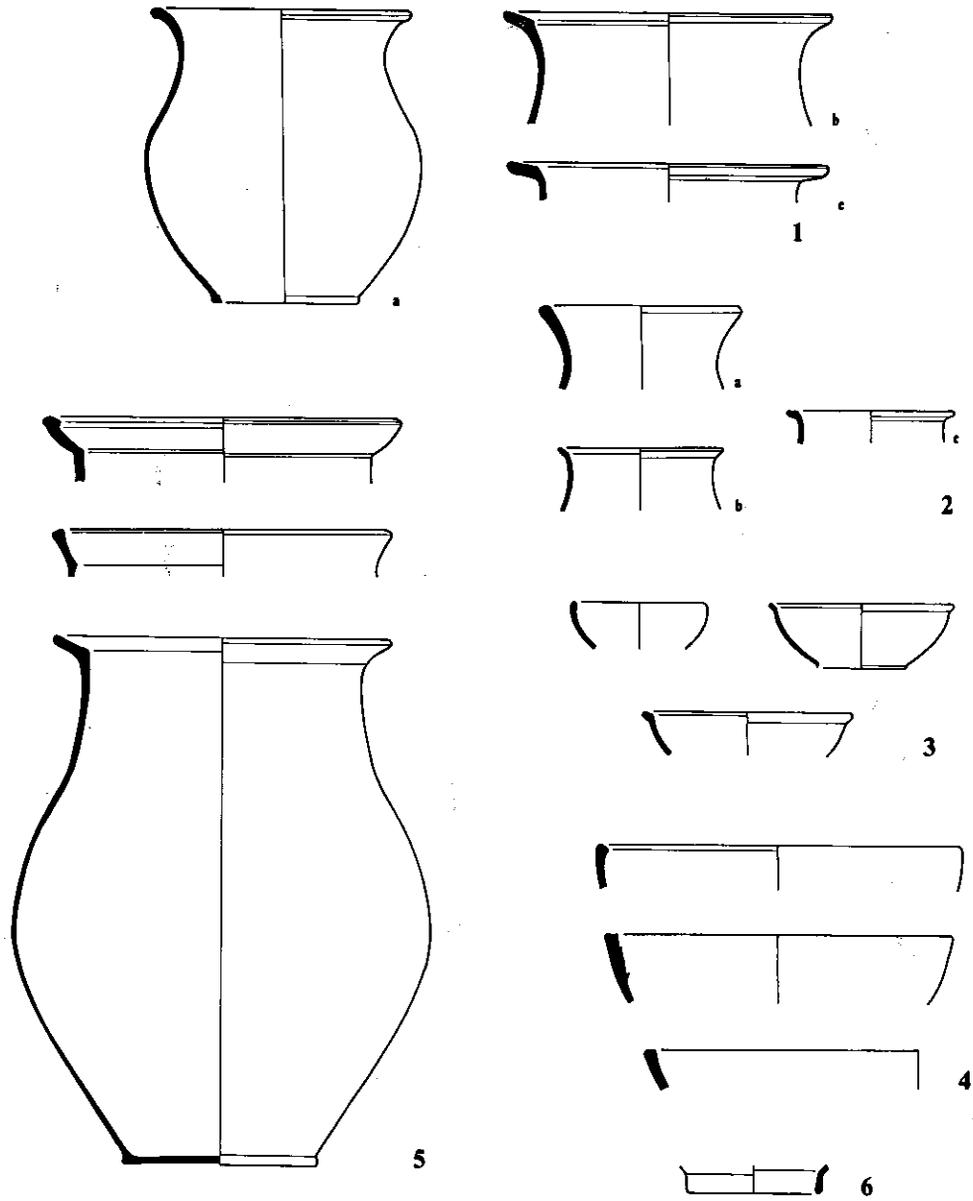
0 10 20 cm

ESTAMPA VII



Formas representadas em S. Julião IIB.

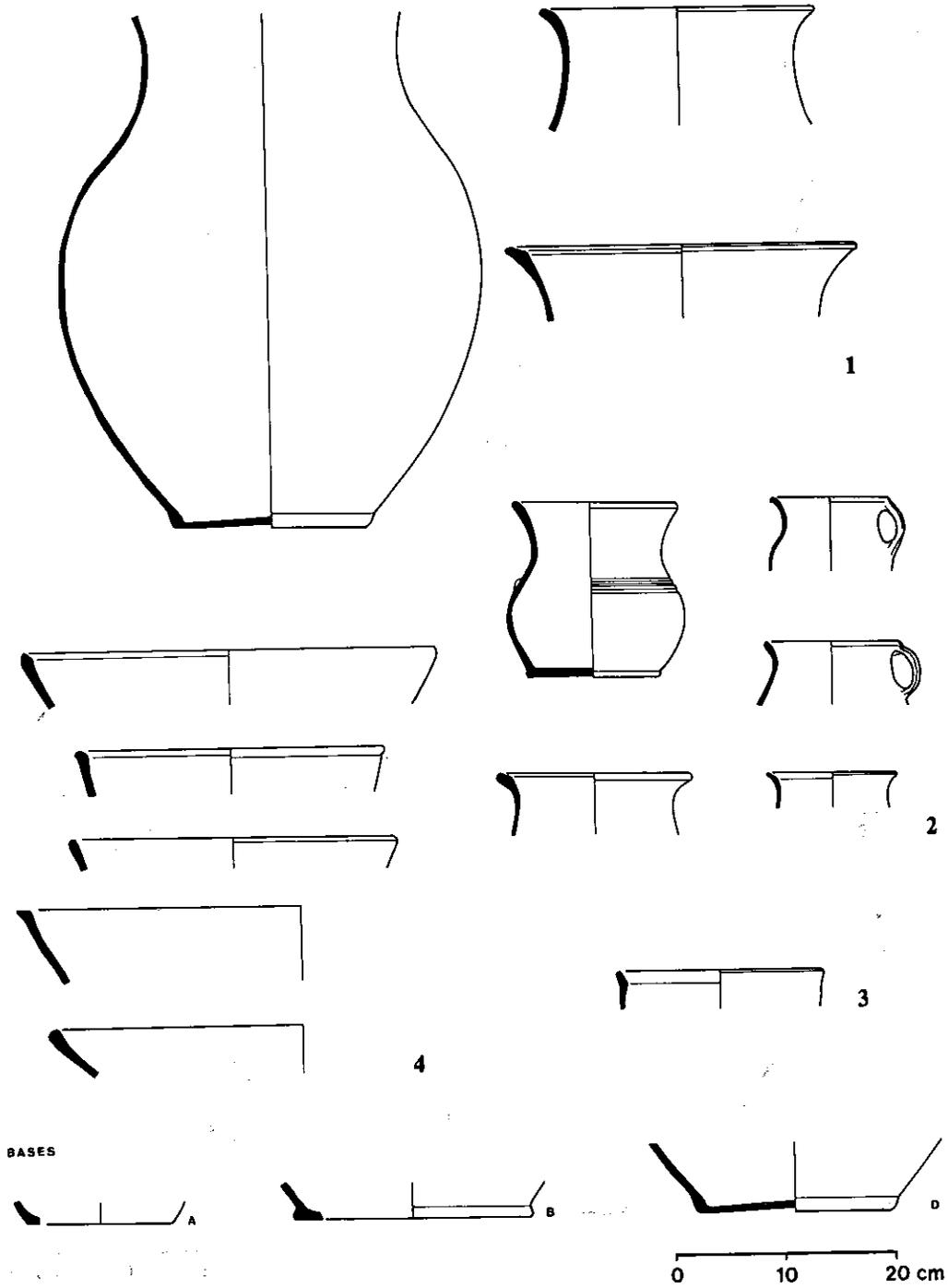
ESTAMPA VIII



Formas representadas em Barbudo II B.

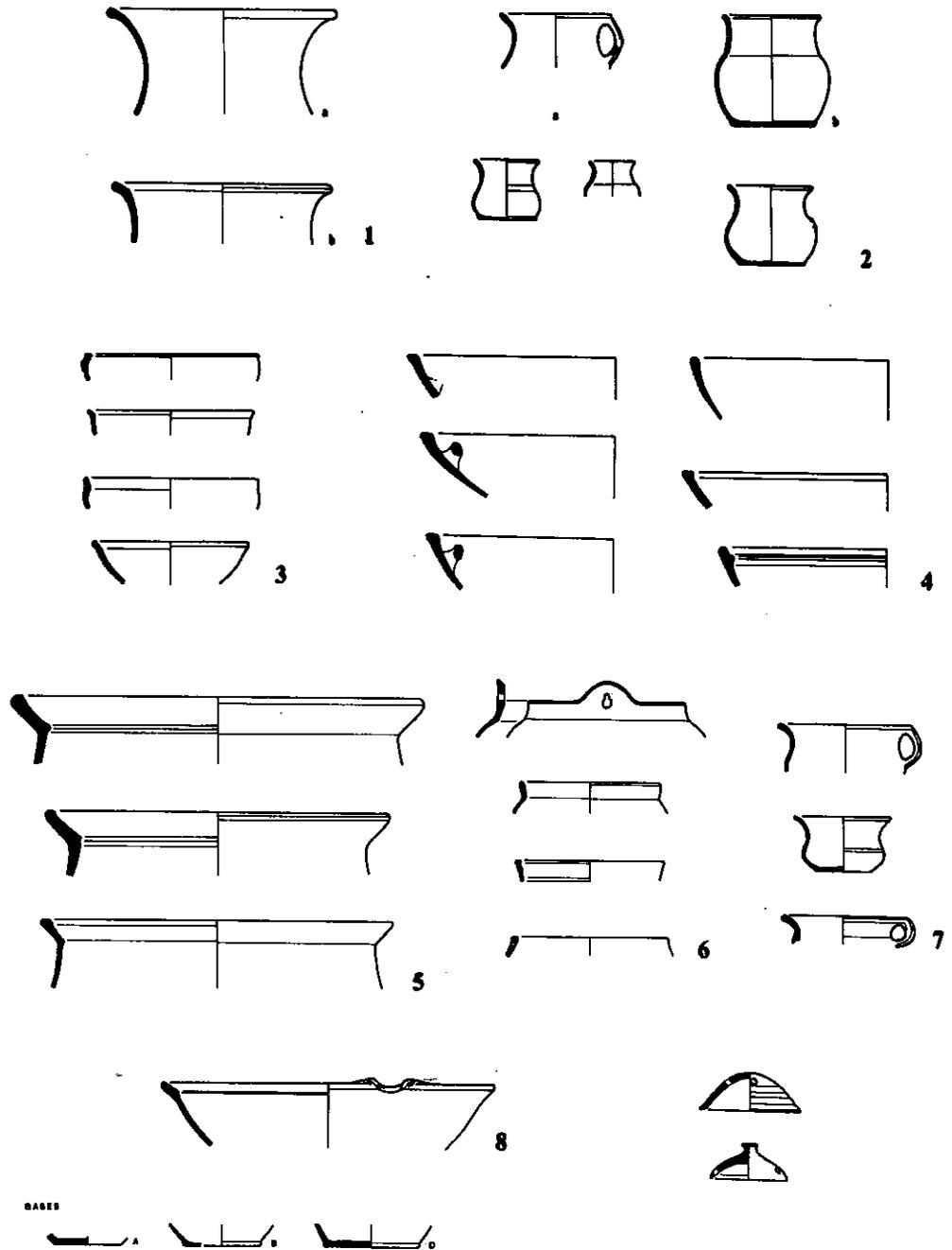
0 10 20 cm

ESTAMPA IX



Formas representadas em Lago II A.

ESTAMPA X

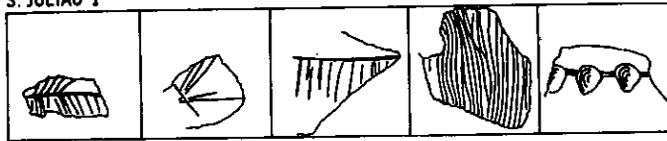


Formas representadas em Lago IIB.

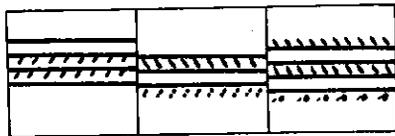
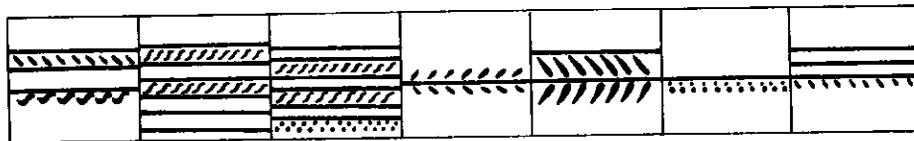
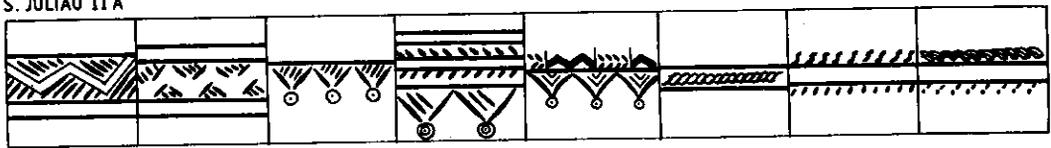
0 10 20 cm

ESTAMPA XI

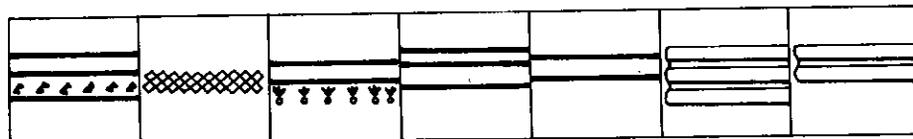
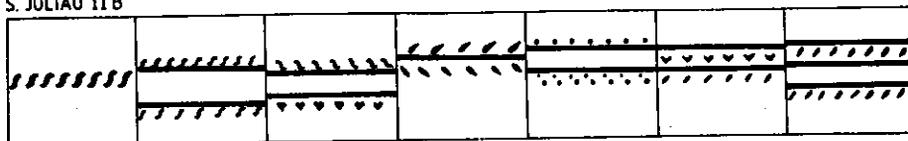
S. JULIÃO I



S. JULIÃO II A



S. JULIÃO II B



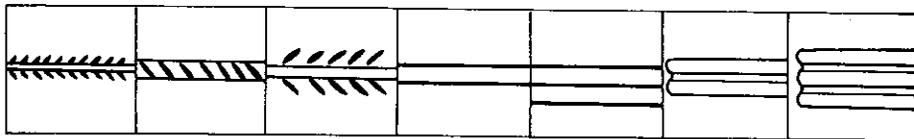
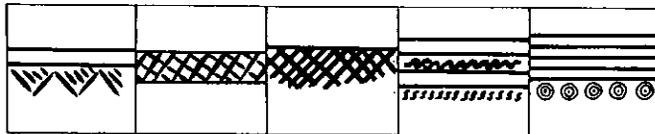
Composições decorativas de S. Julião.

ESTAMPA XII

BAR. I



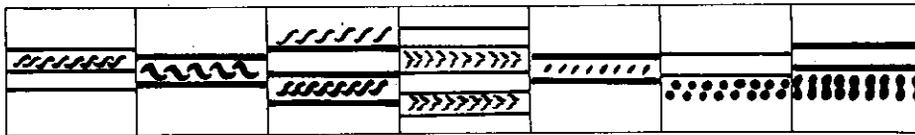
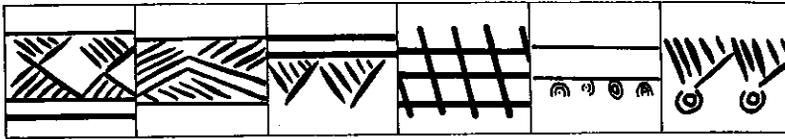
BAR. II B



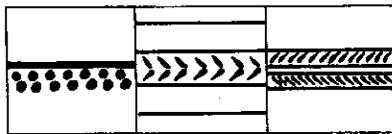
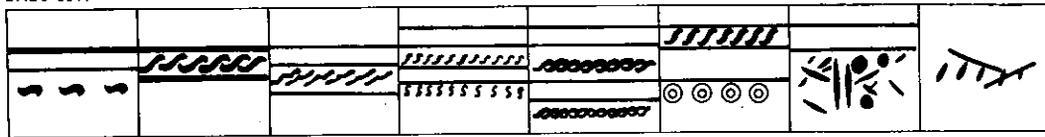
Composições decorativas do povoado do Barbudo.

ESTAMPA XIII

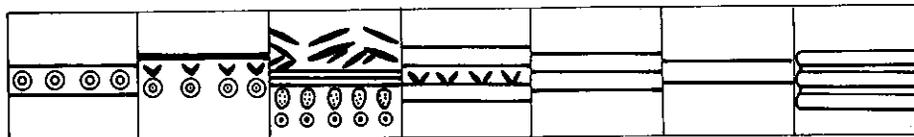
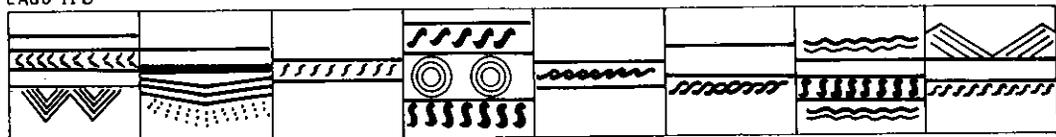
LAGO I B



LAGO IIA



LAGO IIB



Composições decorativas do povoado do Lago.